



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**

**Mulher, polícia e sociedade:  
estudo de caso da polícia militar de Santo Ângelo**

**Josiane Teloeken**

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais  
Área de Especialização em Criminologia e Investigação Criminal**

**Orientação científica:  
Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães  
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**

**Fevereiro, 2018**

“Você pode escolher como quer viver sua vida. Evite apenas tentar, faça o que realmente deseja. Nunca duvide de sua capacidade de vencer. Se você acreditar que pode com certeza conseguirá. Pensamento positivo, atitude positiva é tudo em nossas vidas”.

Jorge Neimann

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, a quem não vemos nem tocamos, mas está sempre presente, com sua força suprema, que ilumina nossa mente e inspira o caminho certo, a vida e a saúde que disponho.

Aos meus pais Eno e Sidonia por conceberem a vida e serem vigas de sustentação, na qual foi construído meu caráter e minha determinação.

Aos meus irmãos Eno Ilberto, Claus Alcioni e Diego Platini, por fazerem parte da minha história de vida em todos os momentos decisivos.

Ao Marcus Vinicius pelas valiosas intervenções que enriqueceram, indubitavelmente, este trabalho.

A todas as polícias militares que me inspiraram - e aos demais informantes privilegiados - que responderam prontamente ao meu apelo. Sem eles a concretização desta tarefa seria impossível.

Aos colegas das aulas presenciais deste curso, em especial, Carmine, Neusa, Fernanda e Michelotti. Aprender a conviver com diferenças de personalidade e de temperamento foi enriquecedor, além disso, manifestou-se a amizade em todas as horas.

Ao Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares, meu orientador, cujo incentivo e incansável aconselhamento, permitiram a elaboração e conclusão deste estudo.

## RESUMO

O presente estudo apresenta os resultados de uma investigação que procura compreender a forma como a sociedade, os colegas de farda e as mulheres policiais militares posicionam-se quanto à representação sócio-profissional da profissão em exame, desempenhada pela classe feminina diante das demandas exigidas pela sociedade atual. Além disso, aborda-se o papel do efetivo feminino na corporação, se há discriminação de gênero e as dificuldades em exercer uma ocupação predominantemente masculina. Buscam-se, também, possíveis mudanças que melhorem a imagem institucional. O problema sociológico em causa urge questionar se o trabalho desenvolvido pela classe feminina na polícia militar de Santo Ângelo - objeto do estudo de caso - atende aos anseios da sociedade contemporânea.

Para cumprimento desse objetivo, sob cariz teórico da revisão da literatura, abarca-se não só um breve histórico da evolução feminina na esfera global e na polícia, mas também conceituações sobre profissão. Desenvolve-se pesquisa de campo qualitativa, mediante inquérito por entrevista semidirigida a dois grupos distintos: atores internos (policiais militares femininos e masculinos) e externos.

No detalhamento da pesquisa a respeito do exercício da profissão por mulheres, são abordadas questões como: a necessidade de força física, a dificuldade em ultrapassar a cultura machista, a habilidade para solução de conflitos com humanidade, a equiparação de direitos, o reconhecimento institucional, a qualificação, o empoderamento da profissão, a consciencialização da importância e valorização das peculiaridades femininas na instituição, a credibilidade da Brigada Militar e as expectativas da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** mulher, representação sócio-profissional, sociologia das profissões, profissão polícia militar, sociedade.

## **ABSTRACT**

The present study shows the results of an investigation to understand how society, military colleagues and the own female military police officers stand about the socio-professional representation of the profession in question, performed by the female class in face of the demands of the current society. In addition, it addresses the role of women in the corporation, if there is gender discrimination and the difficulties in exercising a predominantly male occupation. Changes are also sought to improve the institutional image. The sociological problem seeks to question whether the work developed by the female class in the military police of Santo Ângelo - object of the case study - meets the longings of contemporary society.

To fulfill this objective, under a theoretical approach to literature review, a brief history of female evolution in the global sphere and in the police, as well as conceptualizations on the profession, is included. Qualitative field research is developed through semi-directed interviews with two different groups: internal actors (female and male military police) and external actors.

In the detailing of the research about the exercise of the profession by women, issues such as the need for physical strength, the difficulty in overcoming the macho culture, the ability to solve conflicts with humanity, the equalization of rights, institutional recognition, qualification, empowerment of the profession, awareness of the importance and appreciation of the feminine peculiarities in the institution, the credibility of the Military Brigade and the expectations of contemporary society.

**Keywords:** woman, socio-professional representation, sociology of professions, profession military police, society.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	03
RESUMO.....	04
ABSTRACT.....	05
ÍNDICE.....	06
LISTA DE QUADROS.....	08
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
<b>1 Evolução dos direitos da mulher na sociedade.....</b>	<b>14</b>
1.1 Breve histórico da evolução dos direitos da mulher.....	14
1.2 Breve histórico da mulher polícia em âmbito mundial.....	16
1.3 Breve histórico da mulher na Polícia Militar do Brasil.....	19
<b>2 Profissão Polícia Militar.....</b>	<b>24</b>
2.1 Conceito de profissão.....	25
2.2 Representação sócio-profissional.....	29
2.3 Identidade profissional.....	30
2.4 Mudança social e novo paradigma no exercício da profissão polícia militar desempenhada por mulheres.....	32
<b>3 Metodologia.....</b>	<b>34</b>
3.1 Enquadramento metodológico geral.....	34
3.2 Problemática da investigação.....	35
3.3 Pergunta de partida.....	36
3.4 Perguntas derivadas.....	36
3.5 Objetivo geral.....	36
3.6 Objetivos específicos.....	37
3.7 Hipóteses de estudo.....	37
3.7.1 Hipótese teórica.....	37

3.7.2 Hipóteses práticas.....	37
3.8 Caracterização dos inquiridos.....	38
3.9 O guião das entrevistas.....	39
3.10 Procedimentos na preparação e execução das entrevistas.....	42
3.11 Redução e tratamento dos dados.....	42
<b>4 Trabalho de campo, compilação dos dados e discussão dos resultados.....</b>	<b>44</b>
4.1 Grupo profissional.....	44
4.1.1 Representação sócio-profissional.....	44
4.1.2 Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares femininos).....	48
4.1.3 Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares masculinos).....	49
4.1.4 Conteúdo profissional – atores externos.....	53
4.2 Grupo organizacional.....	56
4.2.1 Papel da mulher na Polícia Militar perante a sociedade.....	56
4.2.2 Mudanças para alterar a imagem institucional da polícia militar.....	63
4.3 Meio envolvente.....	68
4.3.1 Desempenho da profissão polícia militar por mulheres.....	68
4.3.2 Discriminação de gênero.....	74
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>79</b>
Características fundamentais dos resultados.....	79
Satisfação do trabalho policial realizado por mulheres.....	81
Recomendações de ação.....	82
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>88</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro nº 01 - Atores internos (policiais militares femininas).....	38
Quadro nº 02 - Atores internos (policiais militares masculinos).....	39
Quadro nº 03 - Atores externos.....	39
Quadro nº 04 – Representação sócio-profissional.....	44
Quadro nº 05 – Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares femininos)..	49
Quadro nº 06 – Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares masculinos)	51
Quadro nº 07 – Conteúdo profissional – atores externos.....	54
Quadro nº 08 – Papel da mulher na Polícia Militar perante a sociedade.....	56
Quadro nº 09 – Mudanças para alterar a imagem institucional da polícia militar.....	63
Quadro nº 10 – Desempenho da profissão pelas mulheres.....	69
Quadro nº 11 – Discriminação de gênero.....	74
Quadro nº 12 – Resultados.....	79
Quadro nº 13 – Satisfação do trabalho policial realizado por mulheres.....	81
Quadro nº 14 – Recomendações de ação.....	82

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CFSdFem	Curso de Formação de Soldados Femininos
CFSFem	Curso de Formação de Sargentos Femininos
CHOFem	Curso de Habilitação de Oficiais Femininos
Cia PM Fem	Companhia de Polícia Militar Feminina
et.al.	e outros
OPM	Organização Policial Militar
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSP	Polícia de Polícia de Segurança Pública
QOEM	Quadro de Oficiais do Estado Maior
QOPM	Quadro de Oficiais Combatentes
QOPMFem	Quadro de Oficiais de Polícia Militar Feminino
9º BPM	9º Batalhão de Polícia Militar

## **INTRODUÇÃO**

A presente investigação surge como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.

O teor da dissertação é composto por três partes. A primeira, sob cariz teórico, refere-se ao enquadramento conceitual pela revisão da literatura. Nesta etapa, traz-se um breve histórico do progresso da mulher polícia. Em seguida, expõe-se conceituação sobre a profissão polícia militar.

A segunda parte destina-se à pesquisa de campo. Inclui-se desde a caracterização dos inquiridos, o guião da entrevista, os procedimentos na preparação e na execução das entrevistas, a forma de redução e o tratamento dos dados.

Na terceira parte, fruto da junção de conceitos e resultados da pesquisa, tudo analisado sob a égide da busca pela comprovação ou refutação das hipóteses levantadas, são elaboradas conclusões e recomendações de ação.

Para melhor caracterizar o estudo, a investigação encontra-se organizada em quatro capítulos. Inicia-se com a introdução para contextualizar e estruturar a pesquisa. No primeiro tópico, abarca o referencial teórico composto pelo histórico da evolução dos direitos da mulher num contexto genérico e abrangente, breve histórico do efetivo feminino na polícia em âmbito mundial, no Rio Grande do Sul e em Santo Ângelo – cidade escolhida para ser objeto do estudo de caso deste trabalho (primeiro objetivo específico).

Tratando-se da conjuntura internacional, o primeiro registro da participação da mulher na polícia ocorreu em 1911 no Departamento de Polícia de Los Angeles (Sherman, 1984). No Brasil, o Estado de São Paulo foi pioneiro na inserção das mulheres em 1959 (Hass, 2011).

A denominada “Brigada Militar” é a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, criada em 18 de novembro de 1837. Todavia, a previsão de ingresso de mulheres no Estado concretizou-se apenas em 1985 para emprego na atividade-fim da corporação. Na esteira dessas modificações, em fevereiro de 1995 formou-se a primeira turma de policial militar feminina santo-angelense e criou-se a 1ª Companhia Independente da Brigada Militar na cidade de Santo Ângelo, para desempenhar as mesmas funções do efetivo masculino (Jornal das Missões, 1995).

Por sua vez, o segundo capítulo traz o alicerce teórico da ocupação polícia (segundo objetivo específico). Elenca-se uma concisa reflexão sobre a área científica da sociologia, em

particular a sociologia das profissões. Analisam-se alguns conceitos fundamentais para a melhor compreensão e consolidação deste estudo como profissão. Na subsequência, busca-se refletir sobre os critérios que determinam a existência de uma profissão e se a polícia preenche esses requisitos.

No prosseguimento do tópico, examina-se a essência da representação profissional e da definição de identidade funcional. A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social e profissional. Tal como acena Abreu (2001), a identidade associa a imagem pessoal e social que o ser humano possui de si próprio e a que transmite ao outro, isto é, a identidade assumida pela própria pessoa e imagem dela atribuída por outros. Além disso, o conceito de identidade não só é uma interação dinâmica entre o indivíduo e o seu grupo de pertença, mas também uma ligação entre o psicológico e o social nas representações da pessoa no grupo e da sua posição social no seu interior (Abreu, 2001).

Ademais, mostra-se importante refletir sobre a mudança social e novo paradigma da profissão polícia, apesar de ainda ser predominantemente masculina, já foi considerada exclusiva máscula por décadas e, recentemente, a mulher conquistou não só o espaço legalmente, mas também a equiparação salarial (Costa, 2010).

Por um lado, a figura feminina angariou a tão almejada igualdade formal perante o público masculino. Por outro, Costa (2010, p. 208) destaca que a classe feminina “não tem conseguido com facilidade eliminar outro tipo de discriminação culturalmente muito arraigada na cultura fortemente machista”. Nessa acepção, objetiva-se investigar – de forma primária - a representação sócio-profissional da mulher polícia e seu papel social na atualidade e – de forma secundária - se a militar sofre alguma discriminação no exercício funcional.

O terceiro capítulo reveste-se de aspectos metodológicos, inserindo-se os caminhos e os percalços seguidos para atender o pretendido na tarefa como problema de investigação, pergunta de partida e derivadas, objetivo geral e específico, e as possíveis hipóteses teóricas e práticas.

O problema sociológico - e a hipótese teórica - em causa questiona se o trabalho desenvolvido pela classe feminina na Polícia Militar de Santo Ângelo atende aos anseios da sociedade contemporânea. Na mesma esteira, objetiva-se explorar qual é a representação sócio-profissional da carreira polícia militar desempenha pelas policiais diante do posicionamento do público externo, dos colegas e das próprias mulheres (objetivo geral e pergunta de partida), como também o papel da profissional na sociedade (primeira pergunta derivada) e se há discriminação de gênero (segunda pergunta derivada e segunda hipótese prática). Buscam-se,

ainda, alternativas cabíveis para melhorar a imagem institucional (terceira pergunta derivada). Além disso, é investigado se a atuação da militar aquiesce às exigências da coletividade na solução de conflitos atuais de Segurança Pública (primeira hipótese prática) e, por último, se há necessidade de investir em políticas públicas de conscientização cultural no que tange à igualdade material entre gêneros para melhorar a imagem da mulher na organização junto a seus pares e demais cidadãos (terceira hipótese prática).

Adota-se o inquérito por entrevista semidirigida por ser a mais viável e “a mais utilizada em investigação social. É semidireta no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Poiares, 2013, p. 89, *apud Quivy e Campenhoudt*).

Na expectativa de conter um grupo heterogêneo, a amostra divide-se em dois grupos distintos: atores internos (policiais militares femininos e masculinos) e externos. O público externo tem uma percentagem de inquiridos de 55% do sexo masculino e 45%, feminino. Já o público interno se equaliza em 50% para ambos os sexos, mas difere-se quanto a postos e graduações. Perfaz-se um total de trinta e três inquiridos, onze atores por categoria. Destaca-se que os atores externos não são profissionais de polícia atualmente, mas pessoas que, indubitavelmente, lidam de muito perto com a Brigada Militar de Santo Ângelo, além de serem detentores de uma experiência e uma sensibilidade supostamente esclarecida face à questão de interação entre a instituição e a sociedade.

O guião da entrevista compôs uma grelha de questões que se complementam. Procura-se não só tocar nos pontos considerados essenciais, mas também possibilitar aos inquiridos expressarem livremente a sua visão da realidade. As indagações foram divididas em três grupos: profissional, organizacional e meio envolvente.

É meu desiderato revelar meu posicionamento profissional privilegiado por ser oficial da polícia e bombeiro militar. No entanto, atualmente desempenho funções apenas no Corpo de Bombeiros Militar de Santo Ângelo. Assim, é possível, com relativa facilidade, não só ter acesso aos atores internos e externos, mas também manter certa distância funcional para não influenciar nas respostas dos inquiridos.

Iniciaram-se os inquéritos por entrevista a partir da autorização do comando da Brigada Militar de Santo Ângelo para analisar a instituição pelo estudo de caso das policiais militares. A informação recolhida submete-se a um processo metodológico de degravação de todas as

entrevistas, leitura exaustiva dos apontamentos, agrupamento dos segmentos em categorias por afinidade de informações e elaboração de quadros sistemáticos. Tais medidas consideram-se importantes para organização e sistematização de respostas similares e opostas até chegar ao objetivo final: fase de interpretação dos dados apurados (Poiares, 2013).

No quarto capítulo, esclarecem-se as feições atinentes à compilação dos dados coletados, a interpretação e a descrição dos resultados obtidos na pesquisa de campo, seguindo-se com discussões acerca dos efeitos na corporação (terceiro e quarto objetivo específico). Neste tópico, possibilita-se perpetrar uma relação do referencial teórico abarcado com os apontamentos angariados nas indagações perquiridas aos pesquisados.

Por derradeiro, para por termo à questão proposta, pretende-se, demonstrar faticamente - após a fundamentação teórica doutrinária e verificação “*in loco*” mediante o inquérito por entrevistas – a representação sócio-profissional da mulher no desempenho da profissão polícia militar sob a percepção das próprias profissionais, dos colegas de farda e do público externo perante as demandas da sociedade contemporânea. Com base nos dados recolhidos, visualiza-se a tendência da Brigada Militar e, também, da sociedade gaúcha diante do cenário em que a mulher se encontra atualmente. Encerra-se com a conclusão diante das características fundamentais dos resultados e as conseqüentes recomendações de ação (último objetivo específico). Na sequência, as devidas referências e o apêndice da pesquisa de campo.

## **1 Evolução dos direitos da mulher na sociedade**

### **1.1 Breve histórico da evolução dos direitos da mulher**

Os princípios de nossa formação social iniciam a partir do estudo das civilizações dos povos grego e romano, conforme sustenta Fustel de Coulanges (1999, p. 37) no que se refere à discriminação feminina. A mulher, naquela época, existia apenas para perpetuar a espécie:

(...) o nascimento de uma menina não satisfazia o objetivo do casamento. Com efeito, a filha não podia dar sequência ao culto porque, no dia em que se casasse, renunciaria à família e ao culto de seu pai, passando a pertencer à família e à religião do marido.

A ideia formada do papel da mulher era ser tão somente uma reprodutora ou executora de serviços domésticos. Vê-se que processo de aceitação de igualdade feminina na sociedade sempre tem sido lapidado com muitas dificuldades.

Diante das palavras de Beauvoir (2002), durante longo tempo, as mulheres viveram comprimidas e contidas. Eram consideradas respeitáveis e corretas - chamadas “mulheres de bem” - quando se reprimiam. Todavia, quando avançavam dos limites que lhes eram impostos, eram denominadas de “cortesãs” e mundanas marginalizadas.

Nesse sentido, os Estados-Partes se obrigaram a assegurar direitos específicos à mulher, como destaca Alves (1994, p. 56):

- o direito ao voto;
- os direitos de ser elegível para órgãos públicos preenchidos por votação e de exercer funções públicas em todos os níveis;
- o direito de participar da formulação de políticas governamentais e de organizações não governamentais voltadas para a vida pública e política;
- a igualdade perante a lei;
- direitos iguais no que concerne à nacionalidade;
- o direito ao trabalho e a oportunidade de emprego iguais às dos homens, incluindo a remuneração igual por igual trabalho;
- acesso igualitário aos serviços de saúde pública, incluindo os de planejamento familiar;
- direitos iguais a benefícios financeiros e serviços;
- direitos e responsabilidades iguais no casamento e com relação aos filhos;

Neste cenário, a obrigação e o comprometimento dos Estados-Partes é primordial para modificar os padrões culturais e sociais de conduta, de homens e mulheres, no intuito de eliminar preconceitos e práticas baseadas na ideia de inferioridade de um sexo. Deve-se reconhecer que, para alcançar a plena igualdade de gênero, é necessário ampliar o papel

tradicional do homem e da mulher, na sociedade e na família.

Historicamente, a pílula anticoncepcional abriu as portas para a revolução sexual e o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Evolutivamente, as conquistas das condições de igualdade - civil e jurídica - e a perda do medo da gravidez proporcionaram mudanças importantes nas relações da classe feminina, tanto na própria autoconfiança quanto em relação ao mundo que as circunscreve (Jereissati, 2005).

No Brasil começa-se a obter mudanças a partir de 1932, após a conquista do direito político de voto, e se fortaleceu com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Em 1962, a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) concedeu maior poder de decisão sobre suas vidas. Em 1977, a Lei do Divórcio (Lei 6.515) permite a ruptura do vínculo conjugal e a possibilidade de um novo casamento. As Nações Unidas adotaram mais de sessenta convenções sobre direitos humanos e, em especial, o direito da mulher, como retrata Alves (1994).

Cabe trazer à pauta dois tratados internacionais significativos para proteção dos direitos femíneos. Tais destaques referem-se à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984 - e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - adotada no Brasil em 1995 – esta citada por Alves (1994), *in verbis*:

Artigo 5º - Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos e culturais, e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados-partes reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos.

Observa-se que o reconhecimento e o respeito irrestrito de todos os direitos da mulher são condições indispensáveis para o desenvolvimento individual. A violência contra o gênero feminino, em todas as suas formas, constitui violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Neste contexto, limita total ou parcialmente – o gozo, o reconhecimento e o exercício de tais direitos e liberdades, conforme menciona Cintia Robert (1999).

No Brasil, significativo avanço ocorreu em 1988 com a promulgação da Carta Magna, marco no qual, explicitamente, foram assegurados os direitos de igualdade entre homens e mulheres, pois, em seu artigo 5º, I, assim determina:

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 já possuía previsão sobre a igualdade sexista. Leia-se:

Art. 150. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.

Entretanto, a nova Lei Fundamental de 1988 logrou destaque ao princípio da isonomia por trazer essa garantia de forma mais explícita no texto legal. Além disso, ela proporcionou avanços significativos – não previstos formalmente na constituição anterior - no que concerne à igualdade entre gêneros na família, na educação, na saúde, na reprodução, no enfrentamento à violência, no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Nunca se caminhou tanto como nas últimas décadas na construção e no reconhecimento dos direitos da classe feminina. Entretanto, sabe-se que ainda há muito a se evoluir, especialmente na profissão polícia, foco desta abordagem.

## **1.2 Breve histórico da mulher polícia em âmbito mundial**

Sherman (1984) fez uma retrospectiva do ingresso de mulheres nas polícias do mundo. Inicialmente, afirmou que os primeiros apontamentos da participação da feminina na polícia americana foram em 1911 no Departamento de Polícia de Los Angeles. O autor menciona as palavras do Presidente da Comissão de Execução da Lei e da Administração da Justiça, em 1976, quando recomendou o aumento do emprego de mulheres no policiamento norte americano, *in verbis*:

Mulheres no policiamento podem ser um bem inestimável para uma moderna execução da Lei, e seus atuais papéis deveriam ser ampliados. Mulheres qualificadas deveriam ser utilizadas em serviços importantes de assessoria, tais como planejamento e pesquisa, formação, inteligência, inspeção, informação pública, assistentes sociais e conselheiras legais. As mulheres também poderiam servir como programadoras de computador, analistas de laboratório e em comunicações. O valor delas não deveria

ser considerado tão limitado para funções de assessoria direta à chefia ou para o trabalho policial com adolescentes; as mulheres deveriam servir regularmente também nas divisões de investigações, de costume e em patrulhamento. Finalmente, como mais e mais mulheres bem qualificadas estão entrando no serviço, elas poderiam assumir responsabilidades administrativas.

Não restam dúvidas de que ainda havia diferenciação entre as funções relativamente ao gênero. Porém, há de se considerar que na época foi um grande avanço na busca da igualdade na atividade policial, pois o próprio presidente não concordava em deixá-las em papéis tão limitados.

Apesar de serem encontrados os primeiros registros de participação feminina na polícia em Los Angeles, Sherman (1984) destaca ocorrer em Stuttgart, Alemanha, o emprego pioneiro de uma policial, nomeada em 1903. O referido autor ainda frisa que, após a segunda guerra mundial, devido à dificuldade de contratação de homens, o efetivo feminino passou a atuar em caráter temporário e demonstrou seu valor. Assim descreve:

Existem aproximadamente 1.500 mulheres empregadas em forças de polícias municipais e regionais na Alemanha. Até datas recentes, muito poucas usavam uniformes e só atuavam em delitos sexuais, delinquência juvenil e mulheres. A lei não lhes permitia exercer funções de polícia criminal, pois a falta de correspondência com o caráter feminino poderia destruir a confiança do público.

Hoje temos uma situação diferente as policiais femininas, fardadas ou não, desempenham todos os tipos de atividades e exercem cargos de chefia até mesmo em seções de investigação ou órgão de repressão.

Destaca-se no trecho acima que a “falta de correspondência com o caráter feminino poderia destruir a confiança do público”. A população não estava acostumada com o trabalho feminino e faltava confiança nas ações de polícia criminal exercidas pelas mulheres. Ao longo dos anos, as policiais conquistaram a desejada credibilidade. Isto se deve às corajosas que demonstraram sua capacidade laboral e continuam a conquistar seus espaços no mercado de trabalho, lado a lado da classe masculina.

O mesmo autor relata o ingresso das mulheres na profissão em território francês no ano 1934, exclusivamente como assistentes de polícia, com missão voltada para atender crianças em situação de risco moral ou psíquico. Em 1982, a autorização da igualdade de recrutamento para homens e mulheres garantiu aumento na participação feminina em vinte por cento.

Na Irlanda foram recrutadas as primeiras policiais em 1959. Inicialmente prestavam serviço burocrático. Com a ampliação do contingente, passaram a exercer todas as funções,

qualificações e formações. Todavia, recebiam um soldo menor que seus companheiros de farda. As integrantes de tal efetivo, assim que passaram a trabalhar uniformizadas nas ruas de Dublin, passaram a ser chamadas de “Ban Ghardai” (Sherman, 1984).

Na polícia italiana, o mencionado literato esclarece que a mulher passou a atuar, desde 1966, em departamentos compostos exclusivamente por mulheres e em serviços restritos. Da mesma forma que as irlandesas, recebiam soldo menor em comparação aos homens, além das atribuições serem demasiadamente limitadas.

Conforme Hass (2011), a Nova Zelândia admitiu a primeira mulher policial em 1941 para funções burocráticas. A partir da década de cinquenta, elas passaram a desempenhar os mesmos postos dos homens. Após o resultado de pesquisa realizada em 1973, favorável à utilização da mulher em igualdade, o ingresso passou a ser realizado independentemente de sexo, marcando-se o término das percentagens existentes.

O maior realce refere-se à Polônia, por empregar mulheres na polícia desde 1925 sem qualquer distinção de funções, postos e vencimentos. Sherman (1984) destaca que em 1939, quando iniciou a segunda guerra mundial, havia mais de trezentas policiais femininas em serviço na Polônia, sob o comando centralizado de uma mulher com o posto de comandante-chefe.

Na mesma linha de pensamento, o Reino Unido emprega mulheres policiais desde 1919 no atendimento a mulheres e crianças acusadas de crime ou vítimas de crimes sexuais. As funções também foram ampliadas com a guerra e, atualmente, não há distinção de ingresso e atuação por força de legislação antidiscriminatória (Hass, 2011).

Nesse diapasão, em Israel, apesar do ingresso de mulheres na polícia iniciar apenas em 1960, há hoje a maior percentagem do sexo feminino em todo o mundo. No momento, as policiais desempenham as mesmas funções que o sexo masculino e apresentam perfeita integração do sistema policial, por exemplo, noventa por cento do contingente atuam no trânsito e o serviço pode ser reconhecido como os melhores do mundo (Sherman, 1984).

No mesmo seguimento, sem distinção de atribuições, Hass (2011) salienta que a polícia sul-africana está entre as mais liberais e progressistas do mundo. Desde 1972 executam os mesmos serviços dos homens, conforme política própria do país.

Nessa direção, o Uruguai apresenta um perfeito entrosamento entre os sexos, sem distinção na formação, mas com emprego adequado às atividades em que são requisitadas qualidades femininas (Hass, 2011).

Neste ponto de vista, Garrido (2011) afirma que, em 1930, as primeiras mulheres

chegaram à Polícia de Segurança Pública (PSP) em Portugal, tendo apenas funções de cariz social: tarefas de assistência e de vigilância a mulheres e crianças. Entretanto, oficialmente, a primeira incorporação feminina à PSP aconteceu apenas em 1972 e as suas funções alargaram-se ao trânsito. A partir desse momento, além de Lisboa, começaram a trabalhar nas cidades de Coimbra e Porto. Desde então, a classe feminina ingressa livremente no curso de agente na Escola Prática de Polícia ou de oficial no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. No entanto, segundo os sindicatos da Polícia, ainda há um longo caminho a percorrer na igualdade plena entre homens e mulheres na instituição.

Nessa perspectiva, percebe-se existir considerável distinção de gênero na profissão em vários países como Japão, Canadá e Venezuela. A participação da mulher na polícia canadense iniciou, em 1974, com determinadas diferenças nas atribuições em algumas cidades. Na Venezuela, elas desempenham atividades operacionais de vigilância e controle de trânsito, possuem formação diferenciada do efetivo masculino e a atuação é limitada aos horários diurnos. Já a polícia japonesa conta com a presença feminina desde 1946 para serviços de orientação no trânsito, proteção de crianças em idade escolar, programas de relações comunitárias e guia nas ruas. Todavia, a atuação no Japão ainda possui limitações de tarefas para mulheres. A média de permanência na instituição é de oito anos, pois muitas abandonam o ofício para casar e ter filhos.

Em virtude dos dados acima mencionados, apesar do progresso em vários segmentos da sociedade, da demonstração da capacidade do efetivo feminino no desempenho do trabalho policial, atualmente - em alguns países - ainda percebe-se distinção entre os gêneros nas funções, turnos de trabalho e vencimentos.

### **1.3 Breve histórico da mulher na Polícia Militar do Brasil**

No período que se estendeu de 1979 a 1985, o Brasil vivia um período de transição política e cultural. A população passou a reivindicar pela atuação não violenta da polícia durante o governo militar, conforme preleciona Najara (2012, p. 4):

No início dos anos 80, a imagem das instituições policiais estava bastante desgastada e precisava ser redimensionada. Valores como inteligência e a capacidade para resolução de conflitos passaram a compor o perfil profissional do agente de segurança pública, que deixava de ser um mero aplicador da força física.

Nesse mesmo sentido, posiciona-se Calazans (2003, p.13):

(...) a presença de mulheres nas polícias ostensivas é o encontro do desejo de tornarem-se donas de seus destinos, buscando estabilidade no mundo do trabalho (...) uma polícia menos voltada para o uso da força, direcionada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando ao modelo de polícia e o próprio mundo de trabalho.

O perfil policial – mero executor da força física – ficou ultrapassado diante das necessidades clamadas pela sociedade, pois a polícia perdeu sua credibilidade com a população diante de atos violentos. Inteligência e capacidade de mediação de conflitos passaram a fazer parte da nova concepção de Segurança Pública. A mulher teve papel fundamental para mudança da imagem das instituições militares neste período.

Ao longo dos anos, a classe feminina precisou provar sua capacidade para ocupar espaço em todas as atividades da corporação, visto que, anteriormente, era trabalho apenas masculino. Cunha (2012), ex-subcomandante-geral da Brigada Militar, posiciona-se ao dizer:

Até a década de 80, o trabalho policial era visto como uma ocupação essencialmente masculina. Contudo, a evolução do papel das polícias militares na sociedade e o movimento em direção à abertura para atividades secularmente desempenhadas por homens, trouxeram à tona a discussão sobre a presença de mulheres nas instituições policiais. Aliado a isso, havia o desejo delas de se tornarem donas de seus destinos, buscando estabilidade no mundo do trabalho. Associado a um momento de transformações no ofício de polícia às novas concepções de segurança pública, criam-se as condições necessárias para que as mulheres passem a ocupar seu espaço nas forças policiais.

A resistência masculina quanto ao ingresso feminino na instituição ainda é significativa, apesar do clamor da sociedade democrática e da pressão da mídia. Evidencia-se que a evolução da sociedade e a competência das mulheres - em vários campos de trabalho já conquistados - forçou o ingresso da figura feminina na polícia, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo.

No Brasil, o Estado de São Paulo foi pioneiro na inserção das mulheres em 1959. As policiais – carinhosamente chamadas de Marta e Maria - trabalhavam em dupla nas ruas paulistas e no aeroporto de Congonhas sob o comando da Sra. Hilda Macedo, a primeira mulher a comandar uma tropa no Brasil, o que fazia com atitude serena, porém ativa e resoluta. O segundo Estado, foi o Paraná, em 1978. No mesmo caminho, Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1981. No ano seguinte, Amazonas, Pará e Maranhão. Na sequência, em 1983, o Espírito Santo (Hass, 2011).

Cabe ressaltar que a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul foi criada em 18 de novembro de 1837. Hass (2011) sustenta que a participação da mulher na corporação teve início apenas com o Decreto Estadual nº 7.977 em 08 de janeiro de 1985. Este criou a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem), prevendo um efetivo de 135 (cento e trinta e cinco) mulheres. Entretanto, somente em 25 de setembro de 1987, instalou-se a Companhia Feminina no 9º Batalhão de Polícia Militar, após a formação da primeira turma de oficiais, sargentos e soldados femininos.

Nesse ponto de vista, complementa Cunha (2012):

O posto máximo permitido a uma mulher nos quadros da Brigada Militar era o de capitão e a única possibilidade de acesso era o concurso público. O nível de escolaridade exigido para as mulheres era mais alto do que o requisitado para os homens: graduação superior completa para as candidatas a oficial, curso de 2º grau completo para as candidatas a sargento e 1º grau completo para soldado; exigências estas que, após alguns anos, foram equiparadas, não havendo mais diferença de pré-requisitos entre os sexos.

Essa também é a posição de Sérgio Abreu (2012, p. 03) - ex-comandante-geral da Brigada Militar – assim descreve:

Ao longo do desenvolvimento da humanidade, as mulheres sempre acompanharam as evoluções em todas as áreas, principalmente na busca da igualdade de direitos e pela realização no campo profissional.

Com as forças policiais não foi diferente. Além de cuidarem da casa, da família e de trabalharem em diversas funções, onde já existia a presença feminina, as mulheres queriam e podiam fazer mais. Os primeiros registros de seu emprego no meio policial datam de 1910, quando foram admitidas no Departamento de Polícia de Los Angeles. Apesar de ser visto com certa desconfiança, o policiamento feminino logo se expandiu para outras cidades e Estados americanos.

No Brasil e na América Latina, o Estado de São Paulo foi o pioneiro na inserção feminina, no ano de 1959, porém a época em que se concentraram os processos de inclusão das mulheres nas polícias foi na década de 80. Neste período, a Brigada Militar também acompanhou novas tendências na busca por uma polícia diferenciada e abriu suas portas às mulheres.

Na mesma linha de raciocínio, Najara (2012) comenta que as primeiras mulheres ingressaram faticamente na instituição apenas em 17 de fevereiro de 1986 para frequentar o Curso de Habilitação de Oficiais Femininos (CHOFem) na Academia de Polícia Militar. Na sequência, iniciou-se o Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFSFem) e, em seguida, Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSd Fem). No ano seguinte, em 24 de julho, formaram-se as oficiais; em 31 de julho, as sargentos; e em 25 de setembro, as soldados. Na última formatura ocorreu a instalação da Cia PM Fem e incorporação ao 9º Batalhão de Polícia

Militar (9º BPM). É importante considerar que os referidos cursos eram exclusivamente para mulheres, visto que os cursos para o gênero masculino continuavam separados delas.

Assim menciona Haas (2011, p. 24) em seu trabalho científico sobre “25 Anos da Mulher na Polícia Militar do Rio Grande do Sul” referente à função destinada ao efetivo feminino:

A lei de criação da polícia feminina previa o emprego exclusivo na atividade fim da Corporação, ou seja, no policiamento ostensivo, sendo o emprego restrito a ocorrências com mulheres, crianças e idosos em locais como escolas, aeroporto, rodoviária e centro da capital bem como no trânsito. O efetivo feminino também era empregado em shows, eventos esportivos e feiras em todo o Estado, em apoio a outras Organizações Policiais Militares (OPM).

No seu entendimento, reporta que a Cia PM Fem tornou-se independente e com sede própria no ano seguinte pelo Decreto nº 32.859, em 09 de junho, denominando-se 2º Cia PM Fem. Aos poucos foram sendo criadas companhias femininas independentes no interior do Estado e demais OPM na capital. Já em 1992, deixaram de serem autônomas e passaram fazer parte de batalhões da capital e do interior, mas ainda com funções distintas do sexo masculino. Em 1993, a Cia PM Fem foi desfeita e o efetivo feminino foi distribuído nos batalhões para desempenhar as mesmas atividades dos homens, porém com a única diferença: integravam quadros diferentes.

Tal distinção é realçada por Chinoy (1993) ao declarar que discriminar significa impor diferenças e dar tratamento desigual. Acrescenta que, ao longo do processo histórico, o segmento composto por mulheres foi o mais discriminado na sociedade, pois foram desacreditadas e tiveram sua capacidade contestada a todo instante.

Há de se dizer que foi um grande progresso quando as mulheres passaram a integrar os mesmos batalhões dos homens. Mas ainda havia muito a conquistar quanto à carreira, pois o posto máximo permitido era de capitão, ou seja, havia certa discriminação de gênero na trajetória funcional. Em 1994, através da Lei 10.352, possibilitou-se às oficiais chegarem ao posto de coronel. No entanto, conquistou-se uma igualdade formal e não, material. Enquanto havia inúmeras vagas de promoção para os oficiais masculinos, a carreira delas permanecia estagnada por falta de vagas específicas. A busca pela equidade de direitos seguiu por mais alguns anos, apesar dos deveres serem os mesmos, conforme assim preleciona a Haas (2011, p. 26):

Somente em 1997, com a aprovação da Lei Complementar 10.992 que trata da reestruturação da Brigada Militar, colocando em extinção o Quadro de Oficiais de Polícia Militar Feminino (QOPMFem) e o Quadro de Oficiais Combatentes (QOPM) e criando um novo quadro denominado Quadro de Oficiais de Estado Maior (QOEM) composto pelos remanescentes dos dois quadros extintos e, posteriormente, dos futuros oficiais formados tendo como pré-requisito, título de Bacharel em Direito é que foi possibilitada a real ascensão das mulheres, em igualdade de condições com os homens.

A junção dos quadros possibilitou que as policiais militares femininas atuassem em qualquer Unidade da Corporação inclusive no Corpo de Bombeiros, quando, em 1997, a 2ª Ten Maria Jaqueline da Costa Machado foi a 1ª Oficial da história da BM a cursar o Curso de Especialização de Bombeiros.

Diante disso, nota-se possível superação de um tabu cultural. Permite-se observar que a militar já executava as mesmas atividades que o efetivo masculino por bastante tempo, mas alcançou totais direitos dentro da carreira apenas longos anos depois. As mulheres passaram a realizar concursos de ingresso e cursos de formação juntamente com os homens. Percebe-se que a aprovação da referida lei foi fundamental para a mulher atuar em várias especializações desempenhadas pela Brigada Militar, como policiamento montado, motorizado, ciclístico, motociclístico, atuando também nas áreas de polícia rodoviária estadual e do Corpo de Bombeiros.

Ademais, vem a propósito a criação de várias companhias femininas independentes no interior do Estado, e demais OPM na capital, para desempenhar as mesmas atividades dos homens. A cidade de Santo Ângelo - local escolhido para ser objeto do estudo de caso - foi contemplada para realização de um curso de formação de policiais femininas.

Em 25 de junho de 1994, ocorreu a aula inaugural da única turma de soldados exclusivamente femininas na 1ª Companhia Independente da Brigada Militar na cidade de Santo Ângelo. A turma iniciou com 31 (trinta e uma) e formou-se com 29 (vinte e nove) policiais militares em fevereiro de 1995, objetivando atuação nas mesmas atividades do efetivo masculino (Jornal das Missões, 1995).

Levando-se em consideração todos os aspectos supracitados, a pesquisa de campo busca verificar qual a representação sócio-profissional da mulher no desempenho da profissão polícia militar na cidade de Santo Ângelo. Isso sob a percepção das próprias profissionais, dos colegas de farda e do público externo. Entende-se este estudo original pela forma como se pretende abordar o objeto empírico.

## **2 Profissão Polícia Militar**

Neste capítulo, elenca-se uma breve reflexão sobre a área científica em que se insere a investigação: a sociologia, em particular a sociologia das profissões. Analisam-se alguns conceitos fundamentais para a melhor compreensão e consolidação deste estudo. Procede-se uma breve incursão em obras pertinentes ao assunto. Desse modo, parte-se da conceituação de sociologia até chegar ao universo da sociologia das profissões.

Tal como refere Cristina Costa, “sociologia é a ciência que estuda a sociedade humana e cujo desenvolvimento se deu a partir da necessidade de compreensão do homem e de sua vida em grupo”. A autora salienta que Augusto Comte atribuiu o nome sociologia às pesquisas sobre os princípios universais do comportamento social. Após seu falecimento, em 1857, a elaboração teórica ficou praticamente estagnada. A retomada do estudo científico foi mérito de Émile Durkheim, nascido em 1858, o qual se dedicou a um amplo acervo de temas, desde emergências do indivíduo à origem da ordem social, da moral ao estudo da religião, da vida econômica à análise da divisão do trabalho (Costa, 2010, p.38).

Na linha de pensamento de Durkheim, herdeiro dos princípios positivistas e dos pressupostos cartesianos, “a ciência só aparece quando o espírito, fazendo abstração de toda preocupação prática, aborda as coisas com mútuo fim de representá-las” (“La Sociologie et son domaine scientifique” Apud Cuvillier, 1947, p. 179). Observa-se que o sociólogo considerou a condição necessária a uma ciência objetiva.

Silva e Pinto (2001) afirma que a sociologia é uma área do saber científico que estuda uma variedade de grupos e organizações na qual o homem está inserido. Tais relações criam, por exemplo, círculos de vizinhança, de família, de vínculo profissional e de instituições. Estes vínculos sociais motivam estudos em diversas áreas, nas quais surgem especializações dentro da própria sociologia, tais como: sociologia urbana, industrial, da saúde, das organizações, do trabalho, da família, do crime e da violência, dentre outros (Baltazar, 2002).

É interessante salientar que, por intermédio de uma das sociologias especiais, surge a sociologia das profissões. Segundo Rodrigues (2002), com o passar dos anos as profissões atraem continuamente os investigadores acadêmicos a ponto de considerar formas superiores de organização social. Apesar disso, o estudo da sociologia das profissões é um assunto pouco explorado pelos sociólogos brasileiros e portugueses.

No decorrer da crise de 1929, da sociologia das profissões desenvolveu-se, nos Estados Unidos, uma estratégia de profissionalização pelos sociólogos recrutados a pedido do governo

Hoover. Esta iniciativa teve o intuito de entender a evolução da sociedade para melhor definir qual política de governo seria mais adequada ao momento. Como primeira fase, indicou-se o modelo profissional, ainda de origem americana. Em uma segunda etapa, europeus criticaram o paradigma funcionalista e argumentaram a historicidade do modelo profissional. Ainda surgiu o terceiro paradigma dominante, direcionado ao poder e redescobrimo a importância dos mercados fechados. Nos últimos anos, a investigação sociológica sobre grupos profissionais desenvolveu-se, principalmente, na dimensão das identidades e na extensão da pesquisa empírica a novas categorias com visibilidade pública sensível como, por exemplo, a polícia militar, objeto deste estudo (Dubar, 1997).

## **2.1 Conceito de profissão**

Primeiramente, define-se o conceito de profissão. Na sequência, busca-se refletir sobre os critérios que determinam a existência de uma profissão e se a polícia preenche esses requisitos.

Dubar (1997) menciona que, a partir do século XIII, o termo profissão deriva do trabalho, este considerado arte, compreendia todos os que integravam as corporações, as quais eram regulamentadas para garantir a competência jurídica e o usufruto dos privilégios. Enquanto o ofício era considerado trabalho derivado de artes mecânicas, a profissão pertencia mais ao espírito que a mão. Tais conceituações foram determinadas com a expansão e consolidação das universidades.

O estudo das profissões tem adquirido relevância juntamente com o desenvolvimento e a intervenção da ciência, especialmente na área relacionada à produção e aos serviços. Desde os anos 30, a partir de estudos americanos, surgem diferenças entre ocupação e vocação. A primeira contempla o desempenho por um indivíduo de qualquer função socialmente reconhecida. A segunda acena-se apenas a certas ocupações. O profissionalismo podia ser entendido como um tipo novo de vocação (Poiars, 2013, *apud Perrusi*, 2000).

O conceito de profissão é tratado no âmbito da sociologia das profissões. Freire (2002) designa ser atividade específica de interesse econômico que implica em identificação e reconhecimento social. Na mesma acepção, profissão é uma habilidade técnica, manual e intelectual que confere a experiência de uma prática profissional e contrai uma identidade valorizante (Poiars, 2013, *apud Ohana*, 1995:151). Percebe-se que a profissão pode ser observada basicamente sob critério social, econômico e intelectual.

Lopes de Sá (2007, p. 143) esclarece que a expressão profissão representa “trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros, ou seja, prática constante de um ofício”. Ainda complementa que “o conceito profissional é a evidência, perante terceiros, das capacidades e virtudes de um ser no exercício de um trabalho habitual de qualidade superior”. Além de sua utilidade para o indivíduo, a profissão leva uma expressão social e moral. Por conseguinte, o referido autor complementa que a profissão proporciona ao indivíduo o exercício da função de solidariedade com seus semelhantes e recebe compensações, como a dignidade e o enriquecimento material. Observa-se que quase a totalidade das profissões possui grande valor social. Diferenciam-se, apenas, na forma de autuação e na natureza qualitativa dos serviços perante as necessidades humanas, de modo a determinar a remuneração a ser dada pelo trabalho desempenhado.

Interessante destacar o ponto de vista de Cuvillier (1947) sobre a profissão, por ser o meio de o indivíduo realizar-se plenamente ao provar sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência. O autor manifesta ser pelo exercício profissional que o homem eleva seu nível moral, podendo ser útil à sua comunidade, destacando-se na prática da solidariedade orgânica e comprovando sua personalidade ao vencer obstáculos. Aufere-se ser a utilidade e a qualidade do trabalho dependentes da cultura do profissional.

Nalini (2014, p. 511) determina que “conceitua-se profissão como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade humana”. O autor acrescenta ser notória na sociedade, e imposta aos jovens, a visão de que o trabalho serve para “vencer na vida”, esquecendo que a opção profissional também se impregna de uma função social. Ou seja, o espírito de serviço, de doação ao próximo, de solidariedade são características essenciais da profissão.

Nessa conjuntura, o trabalhador que levar em conta apenas sua própria realização, seu bem estar social e os ganhos financeiros por seu serviço, não é uma pessoa vocacionada. Este termo indica, etimologicamente, o nível de satisfação quando a pessoa exerce sua atividade laboral escolhida (Nalini, 2014).

Encerra-se a contribuição de Nalini (2014) ao afirmar que o exercício profissional deve atender à dignidade humana. O objetivo primordial das atividades laborais não deve atender exclusivamente a economia, mas sim à realização das pessoas. Abarca-se a imagem de ser a satisfação pessoal e a cooperação perante o próximo como primordial na atividade laboral, ao passo que a retribuição financeira, mesmo sendo fundamental para dignidade humana, é

secundária.

Rodrigues (2002) declara que a formação especializada é construída por critérios que caracterizam profissão das demais ocupações, os quais emergem quando há um número definido de pessoas aliadas ao mesmo fim. Este autor enfatiza que a composição das profissões deriva tanto da especialização de serviços no intuito de satisfazer clientes, como da criação de associações profissionais para proteção de clientes e empregadores de tais serviços. Isso a fim de resguardar as pessoas qualificadas das desqualificadas, adotando código de conduta e ética para concretizar essa proteção. Tais medidas permitem o desenvolvimento da cultura profissional.

Freire (2001) exemplifica os cientistas consagrados à sociologia das profissões, como Carr-Sunders, Parsons, E. Hughs, T. Johnson, M. Larson e M. Maurice. Estes especialistas definem critérios que caracterizam profissões de ocupações. As profissões exigem formação escolar, especialização teórica e aplicabilidade prática correspondente, serviço benéfico para o cliente, responsabilização legal por atos técnicos específicos da profissão, acesso restrito e controlado do desempenho profissional, e reconhecimento oficial da profissão. Não restam dúvidas de que os pontos supramencionados trazem outros benefícios ao profissional, como a valorização econômica, de poder e de estatuto. Neste viés, difere-se das ocupações por não obterem êxito no reconhecimento e, muitas vezes, atuarem em mercados informais de trabalho.

A respeito da profissão polícia, pode-se afirmar que esta começou junto com organização básica da sociedade como a conhecemos. Os conflitos iniciaram a partir do momento em que as pessoas deram início à posse de propriedades. O Estado, entidade abstrada, obrigou-se a manter a ordem pública através da aplicação das leis e coordenação das relações entre pessoas, de modo a minizar os desentendimentos (Assis et al., 2009).

Assim, à luz dos critérios abordados, julga-se que a atividade policial é, incontestavelmente, uma profissão por exigir conhecimentos multidisciplinares assentados em técnicas especializadas e exclusivas aos polícias. Consoante às nobres palavras de Freire (2001), esta atividade representa um serviço benéfico prestado à sociedade, culminando em uma visão humanística dos fins da profissão, cuja atividade visa o bem comum.

É de suma significância mencionar o trâmite legal de ingresso de polícias na Polícia de Segurança Pública de Portugal. O processo demonstra o grau de exigência e determina a necessária especialização durante os cursos de formação profissional. Nesse contexto, Poiares (2013, p. 45) esclarece a indispensabilidade de cursos de nove meses para os agentes e chefes, e cinco anos para os oficiais, seguindo-se de cursos específicos e complementares como

“trânsito, investigação criminal, ordem pública, operações especiais, segurança pessoal, cinotécnica e inativação de engenhos explosivos e segurança em subsolo”. Certamente, os policiais devem acompanhar os avanços da sociedade, visto que a criminalidade acompanha as inovações.

Poiares (2013) explica que o acesso à profissão polícia é restrito e controlado. Os candidatos passam por uma triagem rigorosa, fixada não só em testes escritos, físicos, psicotécnicos e médicos, mas também em análise de antecedentes criminais. Para oficiais, além destas exigências, avaliam-se as classificações obtidas no 10º, 11º e 12º ano de escolaridade, realiza-se avaliação nacional de português, avaliação de grupos e entrevistas com júri composto por dois oficiais e um psicólogo. Após a aprovação nestas fases, exige-se frequência de curso no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa. Lavrado êxito no quinquênio de estudos e a respectiva defesa da tese, o oficial recebe o título de mestre em Ciências Policiais.

Nesta linha de similaridade, o Brasil não é diferente. No Estatuto da Brigada Militar (Lei 10.990/97), os candidatos - nível médio - passam por concurso público contendo prova intelectual escrita objetiva, médica, física e psicológica, além de análise da vida pregressa. Após a aprovação, passam por curso em torno de um ano e podem ascender à carreira para sargento e tenente (oficial subalterno) por tempo de serviço ou prova seletiva interna.

Da mesma forma - para carreira nível superior: capitão (oficial intermediário), major, tenente-coronel e coronel (oficiais superiores) – o concurso público, além dos testes descritos para nível médio, inclui prova intelectual subjetiva e oral, prova psicológica com testes psicotécnicos, entrevista individual e coletiva, prova de título e exige formação em Ciências Jurídicas e Sociais. Após transcorrer todas as fases do concurso público, o aprovado deverá realizar a devida formação para o posto de capitão, frequentando o Curso Superior de Polícia Militar por dois anos na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Ao término deste, recebe o título de graduação em Ciências Militares e Defesa Social. Após oito anos de interstício e habilitação no Curso Avançado de Administração de Polícia Militar, o militar está apto a ser promovido ao posto de major. Na sequência, promove-se a tenente-coronel. Aprovado no Curso de Especialização e Políticas em Gestão de Segurança Pública, o polícia poderá ser promovido, por merecimento, ao último posto: coronel.

Poiares (2013) julga ser uma proeminência o reconhecimento oficial e público da profissão, a ponto de ser uma opção trabalhista de milhares de jovens. Tal valorização observa-se também no Brasil, pois se rege sobre princípios éticos e deontológicos. Na perspectiva

interacionista, este autor aponta o crescimento visível de polícias do sexo feminino, apesar de ser uma organização maioritariamente masculina. Isso é destaque do estudo em tela no que tange à representação sócio-profissional desempenhada por mulheres.

## **2.2 Representação sócio-profissional**

O conceito de representação deve-se a Durkheim que, em 1898, distinguiu a representação individual sob domínio da psicologia e da representação coletiva a cargo da sociologia. Já em 1961, Moscovici instituiu a teoria das representações sociais e determinou ter característica híbrida por haver origem sociológica e psicológica (Poiares, 2013, *apud Silva, 2003 e Rosado, 2000*).

A teoria de Moscovici (1978) preocupa-se com a interrelação entre sujeito e objeto e como se desenvolve o processo de construção de conhecimento, havendo interdependência entre o externo e o interno do sujeito, no intuito de construir o senso comum. Observa-se que a teoria de Durkheim diferenciava a representação individual da coletiva. Já a teoria de Moscovici possui dupla dimensão, interligando sujeito e sociedade na construção de representações sociais.

Moscovici (1978, p. 26) afirma que a representação social “é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Percebe-se que busca o senso comum originário do diálogo diante do intercâmbio de ideias, de impressões e de informações. Isto é, a representação social seguiria um sistema sociocognitivo e contextualizado.

No mesmo arrazoado, Jodelet “define representação social como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma faceta prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Silva, 2003, p. 79, *apud Jodelet, 1989*).

Cruzoé (2004) sintetiza que o referencial teórico das representações sociais oferece amplas possibilidades de investigação ao atuar na dinâmica do conhecimento de senso comum e do conhecimento científico de forma interrelacionada.

Abric prudentemente assegura que a representação é formada por um conjugado de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes sobre um objeto dado. Ou seja, dando maior ênfase no estudo da ligação entre comportamento e representação social (Cruzoé, 2004, *apud Abric 1994*).

Nesse contexto, a representação profissional é uma entidade significativa organizada

e estruturada, constituída por um conjunto de diversos elementos, como “informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros” (Silva, 2003, p.89, *apud Jodelet, 1989*).

Segundo Poiares (2013), as representações profissionais agregam três dimensões efetivas: funcional - exercício da atividade profissional e do seu significado na prática; contextual - organização, instituição, ideologias, papéis e atividades; e identitária - motivações, projetos, competências profissionais, identidade e práticas profissionais (Poiares, 2013, *apud Silva, 2003*).

Da análise do acima exposto, pode-se concluir, parcialmente, que a profissão polícia encontra amparo no que tange à representatividade sócio-profissional, uma vez que atende aos critérios funcionais, contextuais e de identidade, agregando ao redor de si crenças, opiniões e impressões diversas, vindo a contribuir, diariamente, para a construção da realidade da sociedade na qual se insere.

### **2.3 Identidade profissional**

Analisar-se-á, neste subtítulo, a definição de identidade, seguida pela identidade social e profissional. As questões de identidade têm sido extensamente discutidas na teoria social e profissional. Na sequência, serão mencionadas algumas noções.

Tal como argumenta Hall (2011, p. 07):

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos ancoragem estável no mundo social.

Nessa linha de raciocínio lógico, constata-se que as tendências são demasiadamente recentes e ambíguas, visto que o conceito do qual tratamos é complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido pela ciência social contemporânea. Isto posto, detecta-se ser impossível afirmar conclusivamente ou fazer julgamentos seguros sobre alegações e proposições teóricas, assim como a validade destas a respeito de quaisquer outros fenômenos sociais.

Segundo refere Costa (2010, p. 115), a “identidade nunca é um processo unificado e acabado, mas uma procura renovada em toda a vida e permanentemente inconclusa”. É notório

que, no decorrer do tempo e espaço, os processos históricos e simbólicos se alteram gradativamente.

O crítico cultural Kobena Mercer observa que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável, é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Hall, 2011, p. 09, *apud Mercer, 1990*).

Poiares (2013) afirma que o termo identidade, atualmente, tem aplicabilidade generalizada nos vários ramos das ciências sociais. Por isso, torna-se complexa sua definição. Etimologicamente o termo significa “a essência do ser”.

Abreu (2001) sustenta que a identidade associa a imagem pessoal e social que o indivíduo possui de si próprio e transmite ao outro. Isto é, a identidade assumida pelo sujeito e a identidade atribuída ao sujeito por outros.

De acordo com Dubar (1997), a dualidade da definição identidade, tanto para si quanto para o outro, são inseparáveis e estão ligadas de forma problemática. No mesmo sentido, Abreu (2001) complementa que o conceito de identidade não só é uma interação dinâmica entre o indivíduo e o seu grupo de pertença, mas também uma ligação entre o psicológico e o social nas representações do indivíduo no grupo e da sua posição social no seu interior.

Reporta-se Silva (2003), a identidade “é o resultado estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto constroem os indivíduos e definem as instituições”. A autora arremata ao citar que a identidade profissional “pressupõe a elaboração de um código comum a um grupo, podendo definir-se como uma rede de elementos particulares das representações profissionais”, pois a identidade profissional “resulta igualmente de uma dada construção social assentada numa experiência relacional e social do poder” (Silva, 2003, p. 94-98). Entende-se que a abrangência de identidade profissional também é ampla, da mesma forma que o conceito genérico de identidade, por incidir em áreas distintas e conferir caráter de construção de um tipo ideal do conceito de identidade.

Ademais, cabe ressaltar que a identidade social é definida na lógica de Durkheim como “um sistema de ideias e de hábitos que são experimentados num dado momento e transmitido gradualmente de uma geração para outra, podendo incorporar as crenças religiosas, as práticas morais e as tradições nacionais e profissionais” (Poiares, 2013, p. 53, *apud Silva, 2002*).

Poiares menciona que o encargo de responsabilidade no trabalho tem uma função fundamental na construção da identidade profissional: a ligação do profissional à sua função no trabalho. Pode-se dizer que a vocação impulsiona a fusão ou união da identidade pessoal com

a profissional (Poiares, 2013, *apud* Ferrusi, 2000).

Nessa acepção, Costa (2010) cita o surgimento da identidade de gênero. Segundo ele, inicialmente a identidade feminina tomou espaço na esteira do capitalismo globalizado e do desenvolvimento dos meios de comunicação. O resultado foi atribuir às mulheres a possibilidade de ocupar cargos mais altos na hierarquia social.

Da análise do acima explanado, lançando-se um olhar sobre tema deste trabalho (a corrente inclusão feminina na corporação), percebe-se que a ideia fixa de preponderância masculina na profissão pode, até mesmo, ser tomada como um momento de crise, uma vez que algo historicamente fixo e estável tem sido deslocado pela experiência social de poder atualmente em curso. Entretanto, a estabilização desse processo de socialização e participação feminina poderá auxiliar na redefinição e construção da instituição policial. Não apenas isso, mas na construção da própria identidade pessoal das militares, enquanto profissionais e cidadãs, com encargos de responsabilidade no trabalho para o qual se sentiram vocacionadas.

#### **2.4 Mudança social e o novo paradigma no exercício da profissão policial militar desempenhada por mulheres**

Aquiescendo o já tratado neste estudo, reiteram-se as palavras de Costa (2010, p. 207) ao dizer que a classe feminina “a partir da década de 60, passou a abranger uma gama de reivindicações, já não se confinando estritamente política, mas incluindo todos os campos de atividade, instituições sociais e na vida econômica”. Esta evolução desencadeou uma mudança social significativa na sociedade em âmbito mundial.

A referida autora acresce que já tem sido largamente revelado que um grande número de mulheres, em todo o mundo, ocupa as mesmas posições e executa as mesmas tarefas que os homens, porém recebendo salários menores. Ademais, muitas ocupações são culturalmente consideradas masculinas. A investigação em pauta refere-se à profissão polícia que, apesar de ainda ser predominantemente masculina, já foi considerada exclusivista dos homens. Atualmente, a mulher vem conquistando não só tal espaço legalmente, mas também no que tange à equiparação salarial (Costa, 2010).

Se por um lado a figura feminina angariou a tão almejada igualdade formal perante o público masculino, por outro Costa (2010, p. 208) destaca que a classe feminina “não tem conseguido com facilidade eliminar outro tipo de discriminação culturalmente muito arraigada na cultura fortemente machista”. Refere-se a autora ao fato de que, além de ocuparem posições

remuneradas fora do lar, a classe feminina as acumula com atividades domésticas consideradas como próprias da mulher. Isso por serem, prioritariamente, vistas como potenciais mães de família e hábeis donas de casa.

Nessa conjuntura, Costa (2010, p. 212) enfatiza *in verbis*:

A luta da mulher por seus direitos na atualidade representa não apenas um esforço no sentido aumentar sua capacidade de barganha em relação aos homens, aumentando seu poder, no sentido weberiano do termo, mas também de ampliar seu campo de poder, ao redefinirem, elas próprias, as expectativas, de comportamento padronizado em relação a elas, isto é, seu papel social.

Nota-se que a mudança do papel da mulher será bem-sucedida se a função do homem for suficientemente transformada. Tal assertiva pode provocar insatisfação por tocar em interesses e retirar o público masculino de sua zona de conforto. Isso se dá, principalmente, no campo de trabalho, pois insere uma concorrência capaz de tomar espaço e desempenhar funções sociais outrora exclusivas. A situação fática é inquestionável, visto que a mulher vem redefinindo seu papel social e gerando a polêmica “crise de identidade masculina”. Costa (2010, p. 212) resume sua conclusão sobre esse assunto ao afirmar que “a sociedade mudou a mulher, mas, por sua vez, a mulher vem contribuindo cada vez mais para mudar a sociedade”.

Pela observação dos aspectos supramencionados, procurar-se-á, diante da pesquisa de campo desta análise, ressaltar, de forma primária, qual a representação sócio-profissional da mulher polícia e qual seu papel social na atualidade. De forma secundária, se a profissional sofre alguma discriminação no exercício funcional.

## **3 Metodologia**

### **3.1 Enquadramento metodológico geral**

A realização do trabalho em epígrafe desenvolve-se por fundamento teórico e documental, tendo a doutrina e a pesquisa de campo como fontes principais para as discussões teóricas. Além disso, utilizaram-se tratados internacionais, convenções, leis, revistas, jornais, artigos e dados estatísticos que se fizeram necessários para o enriquecimento da pesquisa.

Segundo Quivy e Campenhoudt, a investigação em ciências sociais não é uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas aplicadas de forma exata e imutável, visto que a escolha e a elaboração do trabalho devem ser organizadas conforme as peculiaridades da investigação específica (Quivy e Campenhout, 2013). Exige-se “uma combinação de métodos ou de dados, que implique a consulta de uma variedade de fontes num mesmo estudo” (Machado, 2008, p. 39).

Primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de explorar a literatura existente sob a temática da investigação, contextualizando as diferentes perspectivas e os principais conceitos pertinentes ao assunto. Consoante Bell, toda investigação “implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a sua área de interesse, a recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e a redação das suas conclusões” (Bell, 2010, p. 83).

Numa segunda fase, procurar-se-á realizar um trabalho de campo, com recurso ao método qualitativo por meio do inquérito, realizado por entrevistas semidirigidas a uma amostra representativa de atores internos (policiais militares femininos e masculinos) e de atores externos, ambos da cidade de Santo Ângelo - RS. É interessante considerar que os últimos não são policiais, mas “têm um conhecimento da instituição policial considerado minimamente sólido, com base no relacionamento muito próximo com a mesma” (Poiares, 2013, p. 90).

O método da investigação proposto corresponde ao estudo de caso particular, pois é “indicado para pesquisadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo” (Bell, 2010, p. 23). Antonio Firmino da Costa designa ser - sinônimo ao citado método - a denominada “pesquisa de terreno”, a qual supõe “presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações” (Silva e Pinto, 2001, p. 129).

O ensaio em tela utiliza o protótipo qualitativo por considerá-lo o mais adequado para alcançar os objetivos propostos, visto que “os métodos quantitativos são inadequados ao estudo de fenômenos únicos, às análises de sociologia histórica e do funcionamento de sociedades restritas. A análise qualitativa será, nestes casos, mais apropriada” (Lima, 1995, p. 24). Salienta-se que “o rigor não é exclusivo da quantificação, nem tão pouco a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade que se procura” (Silva e Pinto, 2001, p.103). Percebe-se a necessidade do exame ser rigoroso para garantir a validade e fidedignidade esperada, independentemente do método empregado.

### **3.2 Problemática da investigação**

Quivy e Campenhoudt afirmam categoricamente que “a problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratar um problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenômenos estudados. Constitui uma etapa charneira da investigação, entre a ruptura e a construção” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p. 89). Nesse diapasão, observa-se ser a problemática uma forma de confrontar criticamente as diversas perspectivas possíveis sobre um determinado assunto. Esta constitui o início da orientação, dando-lhe coerência.

“A investigação pode definir-se como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmiento, 2013, p. 3). Quando um pesquisador desenvolve uma determinada investigação, começa por escolher um campo de interesse, delimitando, em seguida, o domínio de investigação (Fortin, 2009). O exame em tela concerne ao estudo de caso da polícia militar na cidade de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul – Brasil.

A inclusão da mulher nas fileiras da Brigada Militar, em 1985, foi motivada pela necessidade da instituição policial obter credibilidade perante a sociedade. Não só por estar desgastada pela imagem arbitrária, divulgada pela mídia após o governo militar, mas também pelas transformações exigidas pelo Estado Democrático do Direito para um novo modelo de polícia (Calazans, 2003).

O problema sociológico em causa traz à pauta questionar se o trabalho desenvolvido pela classe feminina na polícia militar de Santo Ângelo atende aos anseios da sociedade contemporânea.

### **3.3 Pergunta de partida**

É imprescindível ao investigador enunciar uma pergunta de partida. Esta deve ser sistematizada e seguir rigorosos procedimentos. O pesquisador deve procurar, pela pergunta de partida, transparecer de forma clara aquilo que pretende compreender sob os critérios de clareza, exequibilidade e pertinência da questão.

Pretende-se, com esta exploração, obter resposta à seguinte pergunta de partida:

- “De que forma a sociedade, os colegas e as próprias mulheres policiais militares posicionam-se quanto à representação sócio-profissional da profissão polícia militar desempenha pela classe feminina?”

### **3.4 Perguntas derivadas**

As questões derivadas objetivam aprofundar a pergunta de partida. São essenciais numa investigação, pois especificam os diferentes aspectos sobre os quais o estudo irá procurar dar resposta. Estas questões podem ser constituídas como um guia para o investigador na medida em que lhe permite delimitar as variáveis da pesquisa de forma a constituir relações entre estas (Fortin, 2009).

No intuito de responder a questão de partida, a investigadora teve necessidade de embrenhar a mesma, surgindo daí enunciados interrogativos específicos, traduzidos nas seguintes perguntas derivadas:

PD 1. Qual é o papel da policial militar feminina na sociedade e que evolução tem ocorrido até culminar no presente estado?

PD 2. Há discriminação de gênero pelos colegas ou pela sociedade diante da profissão polícia militar exercida pela classe feminina?

PD 3. Quais alterações devem ser encetadas, se for o caso, para melhorar, de uma forma global, a imagem institucional da policial militar feminina junto dos pares e dos cidadãos?

### **3.5 Objetivo geral**

Investigar como o público externo, os colegas e as próprias mulheres policiais militares encaram a profissão, desempenhada pela classe feminina, sob o ponto de vista da representação sócio-profissional e diante das demandas exigidas pela sociedade atual.

### **3.6 Objetivos específicos**

- 3.6.1. Expor um breve histórico sobre a evolução dos direitos da mulher e um conciso histórico do gênero feminino na polícia, em âmbito mundial e no Brasil;
- 3.6.2. Identificar o conceito de profissão, a representação sócio-profissional, a identidade profissional, a mudança social e o novo paradigma no exercício da profissão polícia militar exercida pela classe feminina;
- 3.6.3. Levantar e analisar a representação da profissão em exame desempenhada por mulheres na percepção das próprias profissionais, dos colegas masculinos e da sociedade;
- 3.6.4. Correlacionar os resultados obtidos na pesquisa de campo a realizar-se, dentro do enfoque dos entrevistados;
- 3.6.5. Apresentar alternativas, se for o caso, para melhorar a imagem institucional da policial militar feminina perante a sociedade.

### **3.7 Hipóteses de estudo**

As hipóteses “(...) são proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 9).

Para responder às questões de investigação apresentam-se algumas hipóteses a serem consideradas, divididas entre as hipóteses teóricas e as práticas.

#### **3.7.1 Hipótese teórica**

A profissão polícia militar, desempenhada por mulheres na cidade de Santo Ângelo, atende satisfatoriamente aos anseios da Brigada Militar e da comunidade local perante a perspectiva da representividade sócio-profissional.

#### **3.7.1 Hipóteses práticas**

HP 1. A atuação na profissão polícia militar por mulheres aquiesce a uma exigência correspondente à sociedade contemporânea para solução de conflitos atuais de Segurança Pública.

HP 2. Atualmente, ainda ocorre discriminação de gênero, pelos colegas e/ou pela sociedade,

diante da profissão exercida pela classe feminina.

HP 3. A imagem institucional da polícia militar feminina, junto aos pares e cidadãos, assenta numa política de consciencialização cultural, visto que, se a igualdade formal é amparada pela Constituição da República Federativa do Brasil, a igualdade material ainda não está concretizada.

### 3.8 Caracterização dos inquiridos

Nessa linha de pesquisa, aplicar-se-á inquérito por entrevista semidireta ou semidirigida, devido a ser a mais viável e a mais utilizada em investigação social. Afirma-se semidireta por não ser totalmente aberta e haver poucas perguntas precisas, “geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Poiars, 2013, p. 89, *apud Quivy e Campenhoudt*). Ainda considera-se a melhor técnica porque “um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos” (Bell, 2010, p. 137).

Nesse processo, a escolha dos informantes-chave é fundamental. Na perspectiva de reter um grupo heterogêneo, a amostra divide-se em dois grupos distintos: atores internos e externos. O público externo tem uma percentagem de inquiridos de 55% do sexo masculino e 45%, feminino. Já o público interno se equaliza em 50% para ambos os sexos, mas difere-se quanto a postos e graduações. Há homens ocupantes de todas as graduações, de soldado e sargento, e dos postos de tenente, capitão, major e tenente-coronel. Todavia, as mulheres são apenas soldado, sargento e tenente, visto que é o efetivo disponível na cidade de Santo Ângelo, urbe na qual se realizará o estudo de caso.

Perfaz-se um total de trinta e três inquiridos, onze atores por categoria, conforme quadros explícitos a seguir:

Quadro nº 01 - Atores internos (policiais militares femininas)

Graduação/posto	Nº
Tenente	02
Sargento	03
Soldado	06
Total	11

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Quadro nº 02 - Atores internos (policiais militares masculinos)

Graduação/posto	Nº
Tenente-coronel	01
Major	02
Capitão	02
Tenente	01
Sargento	01
Soldado	04
Total	11

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Quadro nº 03 - Atores externos

Sexo	Nº
Feminino	05
Masculino	06
Total	11

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

A informação, obtida por meios dos atores externos, foi triangulada com os dados recolhidos junto de onze informantes privilegiados. Estes, não sendo profissionais de polícia atualmente, são pessoas que, inquestionavelmente, lidam de muito perto com a Brigada Militar de Santo Ângelo. Além disso, podem ser detentores de experiência e sensibilidade supostamente esclarecidas face à questão de interação entre instituição e sociedade. Vejamos:

- Juiz de Direito de Santo Ângelo e ex-oficial da Brigada Militar (masculino)
- Promotor de Justiça de Santo Ângelo (masculino)
- Defensor Público de Santo Ângelo (masculino)
- Delegada da Polícia Civil de Santo Ângelo (feminino)
- Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Santo Ângelo (masculino)
- Prefeito Municipal de Santo Ângelo (masculino)
- Vereadora da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo (feminino)
- Coordenadora da Coordenadoria Regional da Educação de Santo Ângelo (feminino)
- Oficial da reserva remunerada da Brigada Militar e professor universitário (masculino)
- Vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santo Ângelo (feminino)
- Soldado do Corpo de Bombeiros Militar de Santo Ângelo (feminino)

### 3.9 O guião da entrevista

É imprescindível a construção do guião da entrevista com uma grelha de questões que se complementam. Procura-se não só tocar nos pontos considerados essenciais, mas também possibilitar aos inquiridos expressarem livremente a sua visão da realidade. A ordem das questões também é relevante para o informante privilegiado familiarizar-se e consolidar a visão sobre o tema (Poiars, 2013).

Tanto para o público interno (policiais militares femininos e masculinos) quanto para o público externo, as questões foram divididas em três grupos: profissional, organizacional e meio envolvente. Dessa forma, observa-se a seguir:

### **I. Guião para as informantes-chave policiais militares femininas:**

#### A) Grupo profissional:

A1 (I) De uma forma global, qual é a representação que tem, neste momento, da profissão policial militar? Justifique.

A2 (I) Identifique os aspectos que considera mais positivo e mais negativo na profissão policial neste momento. Quais são as atividades que dão maior satisfação? E as que dão menor satisfação? Justifique.

#### B) Organização:

B1 (I) Qual é o papel da policial militar feminina na sociedade e que evolução tem ocorrido até culminar ao presente estado? Justifique.

B2 (I) Na sua perspectiva, quais alterações devem ser encetadas para melhorar, de uma forma global, a imagem institucional da policial militar feminina junto dos pares e dos cidadãos? Aponte as áreas mais prementes.

#### C) Meio envolvente:

C1 (I) Aponte as maiores dificuldades em trabalhar numa profissão predominantemente masculina. Acredita que desempenha a profissão de forma satisfatória diante da demanda exigida pela sociedade atual? Explícite.

C2 (I) Em algumas situações, já sentiu discriminação de gênero pelos colegas de farda ou pela sociedade? Explícite.

### **II. Guião para os informantes-chave policiais militares masculinos:**

#### A) Grupo profissional:

A1 (II) De uma forma global, qual é a representação que tem, neste momento, da profissão policial militar desempenhada por mulheres? Justifique.

A2 (II) Quais os aspectos que considera mais positivo e mais negativo na profissão policial

militar feminina? Justifique.

B) Organização:

B1 (II) Qual é o papel da policial militar feminina na sociedade e que evolução tem ocorrido até culminar no presente estado? Justifique.

B2 (II) Na sua perspectiva, quais alterações devem ser encetadas para melhorar, de uma forma global, a imagem institucional da policial militar feminina junto dos pares e cidadãos? Aponte as áreas mais prementes.

C) Meio envolvente:

C1 (II) Na sua opinião, há dificuldades em trabalhar com efetivo feminino na atividade policial militar? Já presenciou obstáculos enfrentados pelas mulheres no desempenho da profissão? As policiais militares desempenham a profissão de forma satisfatória diante da demanda exigida pela sociedade atual? Explícite.

C2 (II) Em algumas situações, já observou discriminação de gênero pelos colegas ou pela sociedade contra as policiais militares femininas? Explícite.

### **III. Guião para os informantes-chave externos:**

A) Grupo profissional:

A1 (III) De uma forma global, qual é a representação que tem, neste momento, da profissão policial militar desempenhada por mulheres? Justifique.

A2 (III) Quais os aspectos que considera mais positivos e mais negativos na profissão policial militar feminina? Justifique.

B) Organização:

B1 (III) Qual é o papel da policial militar feminina na sociedade e que evolução tem ocorrido até culminar no presente estado? Justifique.

B2 (III) Na sua perspectiva, quais alterações devem ser encetadas para melhorar, de uma forma global, a imagem institucional da policial militar feminina junto dos cidadãos? Aponte as áreas mais prementes.

C) Meio envolvente:

C1 (III) Na sua opinião, as policiais militares desempenham a profissão de forma satisfatória diante da demanda exigida pela sociedade atual? Explícite.

C2 (III) Em algum momento, já observou discriminação de gênero contra as policiais militares femininas? Explícite.

### **3.10 Procedimentos na preparação e execução das entrevistas**

Inicialmente, fez-se necessário solicitar autorização do comando da Brigada Militar de Santo Ângelo para analisar a instituição pelo estudo de caso das policiais militares. Esta medida foi fundamental para respeitar padrões éticos e regulamentações disciplinares militares, visto que “a autorização para levar a cabo uma investigação deve ser pedida logo de início” (Bell, 2010, p. 53).

Parafraseando Poiares (2013), no início da entrevista realizaram-se as apresentações genéricas relacionadas à identidade do entrevistador, os objetivos e as motivações da pesquisa. O pesquisador deve ser lúcido perante si próprio. Há necessidade de manter distância relativa às suas concepções para buscar um ponto de equilíbrio entre a visão do investigador e do informante (Albarelo et al., 1997). O inquérito por entrevista é uma técnica muito subjetiva. Por isso, existe o perigo da parcialidade (Bell, 2010). É imprescindível exercitar o dom da sabedoria para não surgir tendências que influenciem o juízo do pesquisador.

Para fins de registro e transcrição integral do teor das entrevistas, “as gravações podem ser úteis para verificar as palavras de uma afirmação que pretenda citar e para verificar a exactidão das suas notas” (Bell, 2010, p.143). Este instrumento de trabalho torna-se essencial para posterior análise de conteúdo coletado, concretização das conclusões e discussão dos resultados obtidos.

Por derradeiro, revelo meu posicionamento profissional privilegiado por ser oficial da polícia e bombeiro militar. Atualmente, desempenho funções apenas no Corpo de Bombeiros Militar de Santo Ângelo. Assim, é possível, com relativa facilidade, não só ter acesso aos atores internos e externos, mas também manter certa distância funcional para não influenciar nas respostas dos inquiridos.

### **3.11 Redução e tratamento dos dados**

Neste processo, consolidam-se as respostas advindas das questões de partida. Para o

cumprimento dessa pretensão, foi essencial recorrer à análise de conteúdo que “é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 2001, p. 101). A investigação social sempre está pautada na análise de conteúdo, aliada ao método de entrevistas. No momento da aplicação dos questionários, procuram-se informações e reflexões de forma mais clara e objetiva possível, para seguir a análise sistemática dos conteúdos obtidos para fins de atender os requisitos de estabilidade, de explicitação e de intersubjetividade dos processos (Quivy e Campenhoudt, 2013).

Diante dos ensinamentos de Poiars (2013), a informação, recolhida pelo inquérito por entrevista, submete-se a um processo metodológico de degravação de todo o diálogo, leitura exaustiva dos apontamentos, agrupamento dos segmentos em categorias por afinidade de informações e elaboração de quadros sistemáticos. Tais medidas consideram-se importantes para organização e sistematização de respostas, similares e/ou opostas, até chegar-se ao objetivo final: a fase de interpretação dos dados apurados.

No entanto, a análise estrutural do conteúdo “visa permitir inferências sobre organização do sistema de pensamento da fonte implicado no discurso que se pretende estudar” (Vala, 2001, p. 120). O inquérito por entrevista proporciona o exame das ideologias, dos valores, das representações, das transformações e da reconstrução das realidades passadas, sejam não materiais, sejam mentalidades e sensibilidades (Quivy e Campenhoudt, 2013).

Com base nas palavras de Bell (2010), os dados provenientes de inquérito por entrevista devem ser registrados, analisados e interpretados, uma vez que uma série de informações juntadas sem critério não são úteis, tanto para o investigador quanto para o leitor. Considera-se imperioso organizar as informações por categorias quanto a semelhanças e diferenças.

Entende-se imprescindível correlacionar as informações ao abrigo da óptica dos atores internos e externos. Avalia-se essa pesquisa interessante ao investigador, não só por escolher diversos segmentos da sociedade, no que tange ao público externo, mas também por diversificar os entrevistados, do público interno, quanto ao gênero, funções exercidas na instituição, formação acadêmica, tempo de serviço e idade. Tudo com a finalidade de robustecer o conhecimento e enriquecer o estudo em epígrafe.

## 4 Trabalho de campo, compilação dos dados e discussão dos resultados

O articulado das questões foi delineado no sentido de conseguir perceber a forma como os diversos entrevistados se posicionam quanto à presença da mulher na Brigada Militar. Após uma leitura atenta e uma dissecação minuciosa das diversas respostas, conseguiu-se criar um escopo elucidativo sobre os posicionamentos detectados e as tendências consideradas consensuais. Para melhor entendimento, o capítulo foi dividido nos subtítulos que se seguem.

### 4.1 Grupo profissional

Nesse bloco tenta-se captar tanto a representação da profissão polícia militar exercida pela classe feminina na ótica dos investigados, quanto às atividades que dão maior e menor satisfação e os aspectos tidos com mais positivos e negativos da profissão.

#### 4.1.1 Representação sócio-profissional

O quadro nº 04 sistematiza a informação recolhida juntos dos atores internos e externos, exibindo a representação sócio-profissional das policiais na cidade de Santo Ângelo.

Quadro nº 04 – Representação sócio-profissional

Atores internos (PM fem)	Atores internos (PM masc)	Atores externos
*papel vital, credibilidade e importância da mulher policial da sociedade (E01), (E02), (E04), (E07), (E09), (E11) *garantia da segurança e da paz das pessoas (E02), (E09) *evolução da sociedade (E03), (E05) *polícia é a representação física do Estado (E03), (E05) *manutenção da ordem pública (E05), (E09) *igualdade de gênero (E06) *descaso pelo governo e falta de reconhecimento pela sociedade (E08), (E09) *instituição organizada na hierarquia e disciplina (E10)	*representa quebra de paradigmas e preconceitos (E13), (E15) *igualdade de gênero, capacidade e respeito (E12), (E13), (E15), (E17), (E19), (E20), (E21), (E22) *empatia pela sociedade (E14) *serviço de qualidade para população (E16) *humaniza o serviço policial (E12), (E18) *ordem pública e segurança da comunidade (E18) *capacidade de percepção, cuidado, dedicação e proteção que o homem não tem em atendimento de ocorrências (E21), (E19) *importância e credibilidade da mulher na organização (E13), (E14), (E16), (E17), (E18), (E19), (E20), (E21), (E22)	*credibilidade e importância da mulher na instituição (E23), (E25), (E26), (E27), (E28), (E30), (E31) *humaniza o serviço policial (E24), (E25) *senso de empatia, sensibilidade, habilidade de diálogo e visão diferenciada para pacificação de conflitos e abordagens policiais (E25), (E26), (E27), (E30), (E33) *eficácia, competência, comprometimento e qualidade na prestação de serviços (E29), (E30) *igualdade de gênero (E29), (E31), (E33) *evolução da sociedade (E31) *pequena representação em comparação aos países mais desenvolvidos (E32)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Nas categorias entrevistadas, sobressai-se a importância e a credibilidade do efetivo

feminino no desempenho da atividade de polícia, conforme se observa a seguir:

A Profissão Policial Militar representa uma atividade de extrema importância em qualquer sociedade, eu diria que ela é vital para a existência da vida em sociedade. [E01]

A Polícia Militar é de vital importância no contexto global. Não se pode pensar em uma sociedade sem segurança, sendo assim, pode-se dizer que a Polícia Militar é prioridade sempre. [E02]

A representação da profissão policial militar tem papel primordial na sociedade (...). [E04]

A profissão policial militar é de suma importância neste momento, pois a criminalidade tem aumentado cada dia mais no Brasil (...). [E07]

Considero uma profissão extremamente importante (...). [E09]  
(...) credibilidade ainda aferida aos policiais militares (...). [E11]

A mulher na profissão policial militar possui uma representação importantíssima para a Instituição Policial Militar, para o gênero feminino, bem como para a própria sociedade. [E13]

Sob o ponto de vista institucional há uma representação positiva (...). [E14]

As mulheres dentro das instituições policiais desempenham suas funções de uma forma significativa. [E16]

(...) o que determina a importância do papel da mulher na sociedade. [E17]

A profissão policial militar desempenhada por mulheres tem suma importância para a Instituição Brigada Militar e para sociedade em geral. [E18]

Indubitavelmente são policiais que desempenham muito bem a missão ou o ofício (...). [E19]

A presença feminina no âmbito militar é, sem dúvida nenhuma, necessária e hoje se faz essencial. [E20]

As mulheres possuem uma representação importante dentro da Polícia Militar (...). [E21]

Muito importante (...). [E22]

(...) a presença da mulher nos quadros policiais militares, alteraram, sobremaneira, a imagem da instituição, os modos de operacionalizar nossas atividades e facilitaram os melhores resultados. [E23]

(...) as mulheres dentro da instituição policial militar desempenham um papel muito importante (...). [E25]

(...) a presença da policial militar feminina, trouxe elevação diferenciada da Instituição Brigada Militar (...). [E26]

A participação da mulher em todas as profissões é importante (...). [E27]

(...) creio que somente vem a somar para a corporação. [E28]

Toda participação militar das mulheres considero positiva, atualmente a patrulha Maria da Penha tem excelentes trabalhos e o PROERD também. [E30]

A participação na atividade de polícia militar da mulher é muito importante (...). [E31]

Na sequência, em maior número de citações pelos atores internos masculinos, menciona-se a igualdade de gênero, a capacidade e o respeito conquistado pela classe feminina em atividade secularmente masculina. Curiosamente, os mesmos pontos foram lembrados por alguns investigados externos e por uma das inquiridas internas. Nesse contexto, pode-se afirmar que não é vista de forma igualitária pelo efetivo militar feminino.

Para mim a profissão policial militar é um orgulho porque o caminho é árduo,

muitas vezes temos que provar que somos guerreiras, que somos inteligentes o suficiente para estar em uma profissão que antigamente só aceitava homens. Hoje podemos observar que existem muitos cargos em que as mulheres estão ganhando espaço (...). [E06]

Acredito que a profissão policial militar desempenhada pela mulher representa a luta pela sua independência, sua valorização e igualdade na inserção no mercado de trabalho militar que até então somente masculina. [E12]

(...) quebra de paradigmas, preconceitos, além de afirmar a igualdade. [E13]

(...) quebra de paradigma, em especial, militar; pois ela passou a exercer na instituição funções iguais ou bastante semelhantes as que, até então, somente policiais masculinos exerciam. [E15]

(...) não existem diferenças entre homens e mulheres (...). [E17]

As mulheres têm conquistado diferentes espaços, inclusive “o nosso” de policial militar. [E19]

(...) o crime não se distingue mais como no passado pelo gênero. Policial é policial. Na visão das pessoas atendidas não importa se em sua frente está um homem ou uma mulher vestindo a farda. [E20]

(...) desempenhando todas as funções do quadro de militares estaduais. [E21]

(...) mulher em todas as áreas vem assumindo o papel que antes era autônomo do homem. [E22]

(...) realizando a contento inclusive as tarefas tidas classicamente como de exclusividade masculina. [E29]

(...) não sendo mais, hoje, uma profissão somente executada por homens. Como nas demais profissões, as mulheres têm se sobressaído no exercício das mesmas, na de polícia militar também não fica para trás. Hoje, é imprescindível a mulher no desempenho dessa atividade, inclusive, nem se imagina mais não ter em suas fileiras pessoas do sexo feminino no desempenho da atividade. Sem falar que a nossa atual Constituição Federal prevê direitos iguais para homens e mulheres, e não pode haver discriminação. [E31]

(...) o acesso das mulheres na Brigada Militar representa igualdade de oportunidades, um espaço para a mulher mostrar a força que tem (...). Ver mulheres trabalhando como policial militar mostra que o preconceito de gênero vem sendo enfrentado e segregado gradativamente. Para a juventude feminina, é importante ver que mulher pode escolher a profissão que deseja, por exemplo, policial militar por muito tempo foi trabalho ocupado apenas por homens.

Nas questões de igualdade de gênero, muito manifestadas pelos inquiridos, a própria Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina em seu Art. 5º e inciso I, *ipsis litteris*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

O inciso supramencionado rege sobre a igualdade formal entre homens e mulheres em direitos e obrigações no plano teórico. Neste trabalho, busca-se sondar a concretização de tal igualdade no sentido material.

Em várias respostas dos inquiridos externos, e de alguns atores internos masculinos, foram destacadas qualidades das policiais, como senso de empatia, habilidade de diálogo, sensibilidade e visão diferenciada para pacificação de conflitos e abordagens policiais. No mesmo diapasão, vários predicados foram apontados apenas pelos policiais masculinos, como capacidade de percepção, cuidado, dedicação e proteção, os quais o homem pode não ter em atendimento de ocorrências, como se pode verificar nos seguintes testemunhos:

(...) aos olhos da comunidade em geral é transmitida uma imagem simpática da atividade (...). [E14]

(...) era, na maioria das vezes, resolvido com força física e não sendo necessário tal comportamento, a atuação da mulher passou a ser com mais calma, tranquila, técnica e pacífica (...) maior capacidade de pacificação dos conflitos representa uma nova atuação com mais humanidade às partes da ocorrência. [E12]

Mulheres tem maior senso de empatia, desenvolvendo um atendimento mais efetivo da população. [E25]

(...) há uma aceitação da presença da policial militar que, bem treinada, usa dos métodos adequados para o exercício da sua atividade, com o acréscimo de que a sensibilidade feminina muito acrescente para a pacificação no momento das abordagens. [E26]

(...) a Polícia Militar trata de situações das mais diversas, envolvendo conflitos familiares, crianças, mulheres vítimas de violência; o olhar feminino e a presença da mulher, com certeza, contribuiu para uma visão diferenciada a respeito do atendimento. [E27]

Pela natureza feminina de proteção (...) sensibilidade (...). [E30]

(...) dedicam-se de forma plena, exaltando a profissão Policial Militar, tratando-a com cuidado, atenção e dedicação. [E19]

(...) característica de proteção da família, a mulher possui um feeling, uma capacidade de percepção que o homem não possui no atendimento de ocorrências. [E21]

(...) capacidade de conciliação, a habilidade para o diálogo, de pacificar conflitos. [E33]

Ademais, dados informados pelos investigados externos e militares do segmento masculino, ainda que em menor número, demonstram que a policial tanto oferece um serviço de qualidade para a população (E16) por desempenhar sua função com eficácia, competência e comprometimento na prestação de serviços (E29, E30), quanto humaniza o serviço policial (E18, E24, E25) e contribui para a evolução da sociedade (E31). Apesar de ainda ser pequena a representação de mulheres na atividade policial em comparação aos países mais desenvolvidos (E32).

Por outro, as próprias militares investigadas trouxeram sua percepção da representação sócio-profissional de forma mais diversificada, como a garantia da segurança e da paz das pessoas (E02, E09), manutenção da ordem pública (E05, E09), instituição organizada na hierarquia e disciplina (E10) e representação física do Estado (E03, E05). Também citaram o descaso por parte do governo e a falta de reconhecimento pela sociedade (E08, E09). Entretanto,

mesmo com estes óbices, ainda se reconhece a evolução da sociedade em relação a perceber-se a policial como adequada representante do Estado (E03, E05).

Em síntese, as palavras-chaves mais mencionadas pelos investigados quanto à representação sócio-profissional da mulher na Brigada Militar são, primeiramente, a importância e a credibilidade da mulher na atividade policial. Em segundo momento, os militares apontam a igualdade de gênero devido à quebra de paradigmas e demonstração de capacidade da policial no exercício da profissão, fazendo com que a mulher receba o devido respeito. Entretanto, o efetivo feminino não concorda plenamente que tal posicionamento esteja, realmente, sendo externado por atos concretos. Em terceiro plano, os atores externos e internos masculinos destacam qualidades das policiais como: senso de empatia, habilidade de diálogo, sensibilidade, perceptibilidade, dedicação, proteção e visão diferenciada. Tais características são consideradas fundamentais para atenuação de enfrentamentos durante abordagens policiais e outras ocorrências. Por fim, em menor citação, mas não menos relevante, os entrevistados masculinos afirmam que a militar oferece serviço de qualidade por trabalhar de forma mais eficiente e comprometida que os homens. Além disso, ela humaniza o serviço policial e contribui para a evolução da sociedade.

#### **4.1.2 Conteúdo profissional - atores internos (policiais militares femininos)**

Nos quadros intitulados “Conteúdo Profissional”, procura-se descortinar não só os aspectos positivos e os negativos, mas também apontar o que proporciona maior e menor satisfação na profissão policial militar desempenhada por mulheres. Inicialmente, explora-se a opinião das próprias profissionais, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro nº 05 – Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares femininos)

Aspectos positivos - maior satisfação	Aspectos negativos - menor satisfação
*reconhecimento pela sociedade do serviço policial (E01), (E08) *estabilidade (E02), (E03), (E07) *carga horária (E02) *aposentadoria especial (E03) *disciplina e hierarquia em respeito às normas (E03), (E05) *ascensão na carreira (E03) *plano de saúde (E07) *trabalho altruísta (E04), (E06), (E09), (E11) *solução de conflitos imediata (E05) *projetos sociais: PROERD e Patrulha Maria da Penha (E01), (E03), (E06), (E07) *interação com os colegas (E03), (E05)	*desilusão por parte dos PM das leis brasileiras (E01) *aumento da criminalidade (E02), (E03), (E09) *morte de colegas (E02) *impunidade (E03), (E05), (E07), (E11) *atividade de risco (E03), (E07), (E09), *discriminação de gênero (E04) *salários baixos e parcelados (E04), (E07) *corrupção por integrantes da instituição (E03), (E08), (E10) *guarda externa de presídios (E01) *desvalorização do PM pela sociedade (E03), (E05) *cumprir ordens de superior hierárquico sem a concordância (E05), (E06) *atividades burocráticas (E09)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Como atividades que dão maior satisfação, as militares não só evidenciam o trabalho altruísta em supremacia, como também reafirmam o sentimento empático por projetos sociais. Entre eles, por exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). “Há assim um sentido filantrópico, pois gostam da profissão por sentirem que têm um papel fundamental na melhoria das condições de vida dos restantes cidadãos” (Poiares, 2013, p. 152). Tais características se enaltecem pela complacência em conciliar divergências de forma imediata e o devido reconhecimento disto pela sociedade. Assim alude-se:

- (...) ajudar ao próximo, seja no atendimento de uma ocorrência, seja no trabalho administrativo. Ver em nosso trabalho a realização de um serviço satisfatório, ajudar o outro sem olhar a quem, sem esperar nada em troca. [E04]
- (...) de uma maneira ou de outra ajudar as pessoas, como o programa de prevenção às drogas em que orientamos e educamos para uma vida mais saudável longe das drogas ou a patrulha Maria da Penha, apesar de não resolver o problema das pessoas, consegue-se aliviar a dor de uma mulher vítima de violência doméstica, orientando e encaminhando para órgão especializado. [E06]
- (...) satisfação em atender e ajudar as pessoas. [E09]
- (...) ajudar as pessoas na solução dos problemas, orientando e protegendo a sociedade. [E11]
- (...) maior satisfação é os projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar, cito como exemplo o PROERD. [E01]
- Trabalhos que envolvam a prevenção da criminalidade no tocante a conscientização de crianças. [E03]
- (...) trabalhos preventivos (...). [E07]
- (...) reconhecimento por parte da sociedade da importância do serviço policial para manter a ordem social. [E01]
- (...) ser valorizado pelo que faz garantindo uma vida profissional e pessoal de qualidade. [E08]
- (...) solução de seus conflitos, dando uma resposta imediata ao cidadão (...) [E05]
- O aprendizado e convívio com os colegas de profissão. [E05]
- Convívio com os colegas (...) o companheirismo entre os integrantes. [E03]

Por outro viés, as policiais apontam tópicos favoráveis de cunho pessoal, como a estabilidade, a carga horária, a aposentadoria especial, a ascensão da carreira, o plano de saúde, a disciplina e hierarquia em respeito às normas. Desse modo, afere-se:

Estabilidade, carga horária. [E02]  
Estabilidade, aposentadoria especial, plano de carreira. [E03]  
Estabilidade profissional e financeira, plano de saúde, (...). [E07]  
Respeito que se deve manter em razão da hierarquia e disciplina. [E05]  
A figura do militarismo que denota a disciplina, o respeito às normas. [E03]

No que concerne aos escores menos satisfatórios da carreira em pauta, debruçam-se sobre os vícios atuais de uma forma global, como impunidade, aumento da criminalidade, desilusão das leis brasileiras, corrupção e morte de integrantes da instituição, desvalorização do trabalho policial pela sociedade e, ainda, os riscos da ocupação. Logo, apura-se:

(...) as leis brasileiras não são suficientes para completar o trabalho da polícia, o que leva ao sentimento de desilusão por parte dos policiais. [E01]

A alta e crescente taxa de criminalidade na sociedade, a impunidade, desvalorização que acarreta desmotivação, falta de reconhecimento por parte da população dos serviços prestados, o grande risco de vida que todos os integrantes estão expostos. Ver o mesmo indivíduo ser preso por várias vezes pelo mesmo crime, fazendo com que haja sensação de impunidade ocorrendo desmotivação no sistema. Atender ocorrências que envolvam colegas de farda ou seus familiares. [E03]

Aumento da criminalidade, grande número de combates, aumento de mortes de colegas. [E02]

Aumento da criminalidade, riscos a vida dos profissionais, retrabalho e conseqüentemente a percepção de que suas ações não estão gerando resultados para a sociedade. [E09]

(...) desvalorização do policial militar na sociedade, onde há um endeusamento do delinquente. A impunidade e a demora do poder judiciário (...). O excesso de direitos para o delinquente e o descaso com o policial militar em ocorrências em que há risco de vida. [E05]

(...) impunidade (...) periculosidade (...). [E07]

(...) retrabalho diário. A polícia prende num dia, o judiciário solta no outro. [E11]

(...) o que mais mancha a imagem da corporação é a corrupção por parte de integrantes da Instituição. [E08]

(...) desvio da função ou da finalidade da função, de algum dos integrantes da Polícia Militar, que venham a denegrir o nome da instituição. [E11]

Com estimação menor, apontam-se negativamente os salários baixos e parcelados (E04, E07), a discriminação de gênero (E04), o trabalho de guarda externa de estabelecimentos prisionais (E01), o cumprimento de ordens, judiciais ou de superior hierárquico, com as quais não concordam, mas são obrigadas a executar em razão da hierarquia e disciplina (E05, E06). Encerra-se com a menção “às atividades burocráticas, pois são cansativas, repetitivas, não são reconhecidas pela sociedade e nem mesmo pela própria corporação” (E09).

Conclui-se parcialmente que, do ponto de vista das inquiridas, os aspectos de maior satisfação aludem ao trabalho altruísta desenvolvido no atendimento de ocorrências, no auxílio aos colegas e no desenvolvimento dos projetos sociais. Na sequência, elas balizam a estabilidade funcional, a carga horária trabalhada, a aposentadoria especial, a ascensão da carreira, o plano de saúde e a base institucional sob a égide da hierarquia e disciplina.

Quanto aos aspectos de menor satisfação aferidos pelas militares, surge a impunidade penal, aumento da criminalidade, desilusão das leis brasileiras, desvalorização e risco do trabalho policial, corrupção e morte de integrantes da corporação, discriminação de gênero, salários baixos e parcelados.

#### 4.1.3 Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares masculinos)

Na opinião dos policiais, características classicamente femininas são tidas como qualidades bastante positivas em suas companheiras de farda.

Quadro nº 06 – Conteúdo profissional – atores internos (policiais militares masculinos)

Aspectos positivos - maior satisfação	Aspectos negativos - menor satisfação
*mulher é mais dedicada ao trabalho (E13) *maior afetividade, delicadeza, respeito, paciência, e polidez no tratamento das pessoas (E12), (E15) *maior eficiência nas funções administrativas (E16) *capacidade de organização, assiduidade, racionalidade e atenção (E18), (E19), (E20), (E21) *percepção e sentimento de proteção familiar no atendimento de ocorrências (E21) *quebra de paradigmas preconceituosos (E22) *revista pessoal em mulheres (E18)	*força e compleição física (E13), (E14), (E15), (E16), (E18), (E19), (E20), (E21), (E22) *dupla jornada (E12)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Por unanimidade dos militares, a capacidade muscular e as dimensões antropométricas são os aspectos negativos do sexo feminino no desempenho da atividade policial. Apesar disso, admitem que isso possa ser corrigido com treinamento adequado, “pois a técnica supera a força”, conforme enfatizou um dos entrevistados (E18). Veja-se:

Complexão física e força física, de regra. [E13]  
 (...) tem-se verificado um grande problema na atuação da policial feminina quando é necessário fazer o uso da força, seja através da utilização de armamento menos letal ou letal, sendo uma pequena parcela de policiais femininas que têm condições de fazer o uso da força. [E14]  
 (...) a profissional feminina da Brigada Militar é limitada no que se refere à força física, estatura ou em razão da própria condição fisiológica diferenciada ou típica da

mulher (...). [E15]

(...) a parte física, mas com dedicação e treinamento isto pode ser corrigido, não deixando a desejar na hora que precisar o uso da força. [E16]

(...) muitos atribuem a força física feminina sendo inferior à masculina, mas no meu ponto de vista, com preparo e treinamento qualquer tarefa pode ser desempenhada, pois a técnica supera a força. [E18]

(...) fragilidade no quesito força, tanto em sua verbalização quanto física. [E19]

(...) o preconceito e a desconfiança vinda do efetivo masculino por ter a visão que falta força e vigor físico para desempenhar as atividades que lhes são impostas nos atendimentos de ocorrências. [E20]

(...) a maioria dos delitos são cometido por homens e, quando da utilização da força, as mulheres acabam com uma desvantagem natural. [E21]

(...) dificuldade em compor uma guarnição somente de mulheres, pois não expressa uma força policial de combate, quando há ocorrências de vulto, o que não ocorre quando a guarnição é mista. [E22]

Interessante notar que somente um inquirido opinou pela dupla jornada como um aspecto negativo a ser considerado:

Dupla jornada de trabalho: muitas das policiais militares são mães, passam a ter responsabilidade de dona de casa dividida com o trabalho de policial militar, ou seja, afazeres domésticos somados ao trabalho profissional, o que tira da mulher concentração e uma maior dedicação à profissão quando na atividade operacional. [E12]

Já os aspectos positivos tem significativa incidência sobre aptidão de organização, assiduidade, equilíbrio, racionalidade e atenção, o que pode ser verificado nos seguintes testemunhos:

(...) capacidade de organização e atenção no trabalho, sua assiduidade no desempenho da função (...). [E18]

(...) desempenham suas funções com mais cuidado e atenção. [E19]

(...) racionalidade e organização, pois permite maior equilíbrio nas ações policiais quando da necessidade em mantiver o foco e não se deixar levar pelo impulso do momento. A mulher é sem dúvida nenhuma mais centrada e mais equilibrada que o homem. [E20]

(...) as mulheres tendem a ser mais organizadas que os homens, além de possuir uma cautela e cuidado maior com equipamentos. [E21]

Por derradeiro, constata-se tópicos diversos quanto aos benefícios da mulher na instituição por ser mais eficiente nas funções administrativas, além de ser dedicada, afetiva, delicada, respeitosa, paciente, pacífica, perceptível e protetora no tratamento das pessoas numa situação fática que necessite de intervenção policial. Ainda mencionou-se a quebra de paradigmas preconceituosos e a execução de revista pessoal em mulheres suspeitas, assegurando o direito à intimidade das abordadas, segundo relatos abaixo:

A dedicação da mulher é diferenciada. [E13]

(...) por questões típicas da mulher, ou seja, em razão de ser dotada de maior afetividade, delicadeza e polidez no trato com as demais pessoas, o fazem de forma mais efetiva que o policial masculino. Assim, podem agregar maior eficiência no atendimento de determinadas ocorrências (...). [E15]

(...) mais comprometida nas funções que desempenha, o lado detalhista das mulheres fazem que se destaquem principalmente nas funções administrativas. [E16]

(...) em face da peculiaridade da natureza da mulher, os atendimentos de ocorrências passaram a ter um tratamento diferenciado, (...) dentro da técnica, com tranquilidade, paciência, habilidade e o respeito às partes envolvidas, isso é notável tanto nas atividades interna como nas de rua. [E12]

(...) é bem notável que anterior à inserção da mulher na instituição, o efetivo não tinha cautela no uso das palavras no cotidiano, a partir da presença da mulher passou a ter um respeito maior (...) o ambiente de trabalho ficou mais agradável, pois o simples fato da presença da mulher, tudo fica mais suave, organizado, quer seja na atividade de rua ou no ambiente interno. Tudo parece que se resolve de forma mais tranquila e pacífica, os conflitos são suavemente resolvidos sem confronto maior. [E12]

(...) a importância da presença de ao menos uma policial na guarnição para apoiar em procedimentos de abordagens e revistas pessoais em suspeitas do sexo feminino. [E18]

(...) feeling, a percepção, a sensibilidade, o sentimento intuitivo de proteção familiar que a mulher possui e que é de extrema utilidade no atendimento a sociedade. [E21]

(...) inclusão da mulher no meio policial permite a queda dos paradigmas preconceituosos. [E22]

Nessa acepção, o Código de Processo Penal Brasileiro - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941 – descreve em seu artigo 249 que “a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”. É sabido que a revista pessoal em mulheres deve ser feita por policial feminina em obediência a determinação legal.

Em síntese, enfatiza-se a percepção dos companheiros de farda quanto aos aspectos positivos do efetivo feminino, como a capacidade de organização, assiduidade, racionalidade, dedicação, respeito, paciência, perceptibilidade e atenção. Estas características tornam-o mais eficiente na atividade burocrática, na pacificação de conflitos durante atendimentos de ocorrências e na garantia da intimidade das mulheres abordadas.

No que diz respeito aos aspectos negativos, a reduzida capacidade corpórea - aliada a menor dimensão antropométrica - dificulta o pleno exercício da atividade policial por mulheres, tornando-as vulneráveis em confrontos desarmados e/ou a curta distância. Treinamentos específicos podem diminuir e, até mesmo, superar tal vulnerabilidade, mesmo que não as equiparem, na maior parte das vezes, com homens igualmente adestrados.

#### **4.1.4 Conteúdo profissional – atores externos**

Essencialmente diante do olhar dos informantes extrínsecos, vale primar que o ingresso da mulher nas fileiras da Brigada Militar representa uma ampla transformação, com variáveis

de causa e efeito nos campos interno e exógeno. A humanização do serviço policial é a consequência mais mencionada pelos inquiridos. Substanciam-se os exemplos que sustentam esta visão:

Quadro nº 07 – Conteúdo profissional – atores externos

Aspectos positivos - maior satisfação	Aspectos negativos - menor satisfação
*humanização, qualificação, eficácia, sensibilidade e diferenciação no atendimento de ocorrências (E24), (E25), (E26), (E27), (E29), (E31), (E33) *assegura o direito à intimidade das mulheres atendidas por profissionais do gênero (E24), (E29) *organização e produtividade no serviço burocrático (E25) * trabalho socialmente relevante (E28) *senso de compreensão, paz e justiça (E30), (E32) *resiliência e multifuncionalidade (E32)	*afastadas do serviço por licença maternidade (E23) *força física (E23), (E26), (E27), (E31) *truculência e falta de sensibilidade (E24) *preconceito por serem consideradas fracas no quesito força e precisam provar sua competência (E25), (E28) *dupla jornada (E28) *pressão e conflitos vivenciados no dia a dia da profissão (E32) *não há pontos negativos (E29), (E30), (E33)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Nesse contexto, a humanização, a qualificação, a eficácia, a sensibilidade e a diferenciação nas intervenções policiais, asseguram o direito à privacidade das mulheres atendidas e enaltecem consideravelmente a importância da presença feminina na instituição. Destarte se sustentam as revelações a seguir:

Positivamente apontaria a humanização no atendimento, em razão da maior sensibilidade do gênero feminino, bem como a possibilidade de dar ao público alvo feminino de ser atendidas por profissionais de seu gênero, o que assegura o direito à intimidade das mulheres. Além disso, serviços especializados têm a possibilidade de melhor êxito com mulheres no atendimento, falo especificamente dos atendimentos de violência doméstica, policiamento em escolas e em outras áreas em que precisamos muito mais de um atendimento humanizado do que o uso da força bruta. [E24]

(...) a presença de uma policial mulher tende a deixar as vítimas ou envolvidos mais calmos. [E25]

(...) a sensibilidade da mulher policial ajuda, e muito, na visão mais humanitária e de respeito aos direitos humanos que as instituições fardadas precisam ter junto da sociedade (...). [E26]

(...) olhar feminino e a maneira diferenciada no atendimento à população. [E27]

(...) significativo avanço para a instituição (...) tende a propiciar o ingresso de pessoas mais qualificadas do que se lograria obter mediante a admissão exclusiva de homens. Outrossim, é perceptível que em atividades que demandam contato mais humanizado com a população, as policiais mulheres têm se destacado. (...) as policiais mulheres têm desempenhado tarefas operacionais com o mesmo nível de eficácia dos policiais homens. (...) em muitas situações, o atendimento da demanda policial poderá ser realizado de forma muito mais eficaz e adequado por mulheres, tal como ocorre nos casos de revista de pessoas do mesmo sexo ou nos casos de atendimento de vítimas de violência doméstica que necessitem de algum tipo de auxílio que possa implicar constrangimento pessoal relacionado à questão de gênero. [E29]

A mulher policial militar representa o lado bom da atividade de polícia militar, o lado mais humano (...). [E31]

(...) a capacidade de pacificação de conflitos, somente fará uso da força ou determinará tal medida depois de esgotadas todas as possibilidades de conciliação. [E33]

Mesmo que lentamente, é indubitável que a inserção e a evolução da mulher na polícia mudaram a imagem das instituições militares após o governo militar. Nessa conjuntura, conforme já suscitado na pesquisa bibliográfica deste estudo, valores como inteligência e aptidão para resolução de conflitos passaram a compor o perfil do profissional agente de Segurança Pública. Isto é, o agente masculino deixou a imagem de ser um mero aplicador da força física sem conhecimento de técnicas profissionais mais aprimoradas. A inserção feminina na corporação contribuiu para haver intervenções policiais de forma mais civilizada e o consequente aumento de sua credibilidade no seio da população (Najara, 2012 e Calazans, 2003).

Depois, em menor quantidade, surgem registros como: senso de organização, produtividade, multifuncionalidade, compreensão e resiliência.

(...) mulheres demonstram um senso de organização maior tornado o ambiente mais produtivo em relação ao serviço burocrático. [E25]  
(...) oportunidade de trabalho relevante e importante socialmente. [E28]  
(...) resultado do futuro mais justo e de paz na nossa sociedade. [E30]  
(...) o senso de compreensão e de justiça, e de lidar com as mais inusitadas situações, a capacidade que possuem em se multiplicar em suas atuações, na maioria das vezes mãe, esposa, filha, estudante e agente da lei também são aspectos extraordinários. [E32]

Curiosamente, em reciprocidade com militares masculinos, os fatores desagradáveis ressaltam-se em número significativo quanto à capacidade muscular diminuída das militares em detrimento dos homens. Nota-se de forma mais esclarecedora:

Não vejo diferença da capacidade de atuar nas atividades de polícia (...) entre homens e mulheres, destarte as características morfológicas e orgânicas. [E23]  
(...) maior parte das atividades exigem esforço físico acima da média, o que, salvo exceções, é uma característica masculina. [E26]  
A mulher não dispõe da força física de um homem e em um atendimento de ocorrência em que seja necessário o uso da força, em tese, será preciso a presença de um policial masculino. [E27]  
A única coisa que vejo como negativo no exercício da atividade de polícia militar pela mulher diz respeito à força física no atendimento de determinadas ocorrências, entretanto, isso pode ser superado com treinamento, muito treinamento. [E31]

Todavia, ocorrem outros pontos considerados negativos, como afastamento do serviço por licença maternidade (E23), preconceito por serem “fracas” e precisarem provar sua competência (E25, E28), dupla jornada (E28), pressão e vulnerabilidades a que são expostas ao longo da carreira (E32) e, ainda, truculência e falta de sensibilidade adquirida ao longo dos anos, denominados “vícios da profissão” por um investigado (E24). Ademais, três investigados

não apontaram algo negativo (E29, E30, E33).

Em resumo, os investigados externos descrevem a atuação da mulher na polícia de forma positiva devido às benesses que elas proporcionam a coletividade, como a humanização, a qualificação e a eficácia. Isto se deve ao senso de organização, produtividade, compreensão, resiliência, sensibilidade e diferenciação no atendimento de ocorrências. Da mesma forma que os colegas castrenses - e a maioria dos atores externos - assinalam como principal empecilho a força física e dimensão antropométrica reduzida.

## 4.2 Grupo organizacional

Nesse subtítulo, aborda-se o papel das policiais na sociedade e as alterações necessárias para melhorar a imagem institucional da profissional junto dos pares e cidadãos.

### 4.2.1 Papel da mulher na Polícia Militar perante a sociedade

Na representação seguinte sintetizam-se os dados recolhidos com base na triangulação de várias questões, mormemente sobre o papel da mulher na Brigada Militar:

Quadro nº 08 – Papel da mulher na Polícia Militar perante a sociedade

Atores internos (PM feminino)	Atores internos (PM masculino)	Atores externos
*humanização (E01), (E03), (E04), (E05), (E07), (E09) *igualdade de gênero (E01), (E06), *leveza, calma, sensibilidade, olhar diferenciado na solução de conflitos (E02), (E03), (E04), (E08), (E09), (E11) *racionalidade, profissionalismo, seriedade, dedicação, disciplina, segurança e respeito (E05), (E07) *garantia do direito à intimidade das abordadas (E07), (E10) * multifuncionalidade (E07) *aproximação da polícia com a comunidade (E08), (E09), *proteção do cidadão (E10)	*diminuir o preconceito contra as mulheres na polícia (E13), (E20) *humanização (E16), (E18), (E19), (E20) *garantia do direito à intimidade das abordadas e das vítimas de violência de gênero (E15), (E21) *igualdade de direitos e obrigações (E14), (E15), (E20), (E22) *simplicidade, paz, equilíbrio, inteligência, justiça, ampla visão e eficiência na solução de conflitos (E12), (E16), (E18), (E19) *competência e ocupação em cargos de destaque (E17), (E18) *aproximação da polícia com a comunidade (E19)	*humanização (E32), (E33) *capacidade e igualdade de direitos e obrigações (E23), (E25), (E30), (E32) *empatia da comunidade (E23), (E28) *mudanças de paradigmas da instituição policial (E24) *garantia à intimidade das vítimas e abordadas (E26), (E33) *mediadora de conflitos (E26) *sociedade almeja polícia cidadã (E26) *olhar diferenciado na solução de conflitos (E27) *cargos de destaque (E28) *avanço e qualificação dos quadros da instituição (E29), (E31) *construção da uma sociedade igualitária e democrática (E30) *defesa da sociedade (E33)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Nessa questão, observa-se que as próprias militares apontam ser a humanização do trabalho policial seu principal papel na instituição. Remete-se, de modo acessório, à equidade de gênero. Em seguida, apontam indubitavelmente as características natas femininas, como leveza, calma, sensibilidade e olhar diferenciado. Estas são bastante desejáveis durante a rotina laboral. Nota-se:

- (...) olhar mais humano, a mulher desempenha funções que até pouco tempo atrás era restrita ao universo masculino, essa conquista colabora com a conquista feminina dentro dos mais variados espaços: a igualdade de gênero. [E01]
- (...) importante papel de humanizar e sensibilizar a instituição policial (...) respeito aos direitos e garantias individuais a todos, população e integrantes. [E03]
- (...) olhar diferenciado do masculino, desde o atendimento de uma ocorrência ou na execução de uma atividade, a sensibilidade da mulher faz com que o trabalho seja exercido sobre um olhar mais humano. [E04]
- (...) a humanização no atendimento das ocorrências, a racionalidade em certas situações em que o policial precisa manter a calma e a sensibilidade. [E05]
- O papel da policial feminina atrelado à humanização da polícia (...). [E07]
- (...) transmite com mais percepção, os sentimentos de humanismo nas suas ações, principalmente quando atende situações de conflitos familiares ou com os grupos de vulneráveis como crianças, idosos e mulheres. [E09]
- (...) olhar mais sereno e materno. [E11]
- (...) mais leveza e sensibilidade para a atividade policial militar. [E02]
- (...) sensibilidade diferenciada do efetivo masculino, facilitando na relação e na resolução de muitos conflitos (...). [E08]
- (...) capacidade para trabalhar em igualdade com os homens (...). [E06]

Tais atributos, aliados a outros referidos pelas investigadas, como racionalidade, profissionalismo, seriedade, dedicação, disciplina, segurança e respeito, proporcionam proteção ao cidadão, aproximação da polícia com a comunidade e a concretização da garantia constitucional do direito à intimidade das abordadas. Alude-se *a posteriori*:

- (...) a sociedade que passou a ver a mulher como uma figura forte que também lhe passa segurança e respeito (...). [E05]
- (...) as mulheres demonstram dedicação, seriedade, disciplina e profissionalismo no desempenho do seu trabalho, tornando fundamental o desenvolvimento da atuação policial principalmente na abordagem de mulheres suspeitas o que a cada dia tem aumentado. [E07]
- (...) mais delicada, mas desenvolvendo o mesmo papel do efetivo masculino, cumprindo com a finalidade da instituição: proteger o cidadão e a sociedade. [E10]
- (...) aproximação da polícia com a comunidade. [E08]
- (...) simboliza uma aproximação das pessoas com a polícia. [E09]
- As mulheres demonstraram com o passar dos anos que podem desenvolver qualquer função na polícia (...). [E07]

Em concordância com as companheiras de farda, os entrevistados castrenses balizam a humanização como papel fundamental na organização. A policial distingue-se pela

simplicidade, equilíbrio, inteligência, paz, ampla visão e eficiência na mediação de divergências, preservando a intimidade das vítimas de violência de gênero. Aproxima, ainda, a polícia com a comunidade. Constatam-se nos seguintes depoimentos:

(...) mulheres conseguem oferecer um tratamento mais humano, conseguindo perceber coisas que muitas vezes os policiais masculinos não conseguiriam. Resolvendo assim, os problemas encontrados no serviço de uma forma mais simples e eficiente. [E16]

(...) transparece as características da mulher para o trabalho com seu trato mais humano e visão mais ampla dos problemas [E18]

A mulher humanizou a Polícia Militar levando às instituições o equilíbrio de razão e emoção. Em outras palavras, trouxe princípios de família aproximando a comunidade da polícia. [E19]

(...) a presença feminina em uma farda policial tratou de humanizar a figura repressiva e autoritária que a polícia militar vinha trazendo desde a época da ditadura militar (...). [E20]

(...) o papel da mulher é o de contribuir para a segurança, proteção, paz e justiça às pessoas, buscando uma convivência mais pacífica das pessoas dentro da comunidade (...) a inteligência e a capacidade de resolução de conflitos demonstram uma nova realidade, pois culmina com a redução de situação de potencial violência. [E12]

(...) a revista pessoal minuciosa em mulheres, bem como, atendimento a ocorrências envolvendo quilas familiares (Maria da Penha). [E15]

(...) policial militar feminina exerce um papel relevante na sociedade, em especial em tempos de legislação protetiva da mulher e da família, que requer um agir positivamente do Estado, em uma atuação policial não só repressiva, mas também preventiva dos delitos dessa natureza. Prova disso é a atuação da Patrulha Maria da Penha, importante instrumento de política pública voltada para a proteção da família vítima de violência de toda e qualquer espécie. [E21]

A coordenadora da intitulada “Patrulha Maria da Penha” de Santo Ângelo, referenciada por vários investigados e, ela mesma, uma das entrevistadas, realça como é desenvolvido esse trabalho:

A Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, completou 11 anos no dia 07 de agosto de 2017. Desde 08 de março de 2015, policiais do 7º RPMon atuam no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. A tarefa consiste na visita às vítimas - em suas residências ou em locais indicados por elas - tanto para fiscalização das medidas protetivas de urgência expedidas pelo judiciário, como orientação dos procedimentos policiais, da Rede de Proteção, dos serviços disponíveis na cidade, do serviço de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, do atendimento na Coordenadoria da Mulher, entre outros.

É um trabalho diferenciado, uma prática que fez com que a Brigada Militar, pioneira na implantação da Patrulha Maria da Penha, fosse reconhecida nacionalmente, em 19 de julho de 2017, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública como um dos dez finalistas nas práticas inovadoras de enfrentamento a violência contra as mulheres no Brasil. [E09]

A mulher tem avançado de forma competente e ocupado cargos em destaque na esfera profissional, mas ainda há necessidade de diminuir o preconceito contra as polícias femininas e persistir a conquistar igualdade de direitos e de obrigações. Percebem-se alguns exemplos dos

militares másculos que sustentam esta visão:

(...) passou a representar um papel importante na sociedade, pois passou a exercer cargos e funções que até então somente homens exerciam, possibilitando uma grande abertura pela instituição e pelo Estado, de forma inclusiva e indiscriminatória à mulher. [E15]

Na sociedade notamos cada vez mais a presença feminina em todos os setores, seja no mercado de trabalho ou nos meios acadêmicos, hoje a mulher ocupa cargos e posições de destaque na Polícia Militar. [E18]

O desenvolvimento social, a evolução social e a igualdade entre os sexos proporcionou cada vez mais a abertura da presença feminina em diferentes áreas de atuação, áreas antes dominadas pelo masculino e que somente alcançou o estágio de respeito e admiração de hoje a custo de muita luta e demonstrações diárias de que o trabalho feminino na polícia, não só se equivalia ao masculino, mas também vinha para qualificar e diferenciar sua atuação na sociedade. [E20]

(...) desempenha a sua função com competência, atingindo os mais altos postos na instituição. [E17]

Na sociedade possui o papel de afirmação. Prova de que as diferenciações, os preconceitos e discriminações existentes em outras épocas eram equivocadas e erroneamente ocorridas. A evolução vem no sentido de diminuir o preconceito. [E13] (...) direitos iguais, mas também a ser cobrada em condição de igualdade aos policiais militares masculinos. [E15]

A policial militar feminina na sociedade atual já é vista com respeito, percebe-se a aceitação social. [E22]

O papel é o mesmo do policial masculino, não é o gênero que define uma boa prestação do serviço policial, o resultado da atividade policial depende de boa preparação física, psicológica e técnica. [E14]

Na mesma linha de visão, outros inquiridos enfatizam que o avanço da classe feminina ocorreu não só nas polícias, mas também em âmbito global, segundo exemplos que consagram essa interpretação:

O ingresso da mulher nas fileiras militares não foi apenas uma evolução, mas sim uma revolução para a própria mulher que passou a acreditar em seu potencial, mostrando saber enfrentar obstáculos e perigos de forma corajosa e inteligente. [E05]

A policial feminina vem ocupando um espaço cada vez maior na sociedade, a cada dia ela demonstra que tem capacidade para trabalhar em igualdade com os homens, desempenhando papéis que em outros tempos só os homens desempenhavam, tanto no trabalho administrativo quanto no policiamento a mulher vem se destacando. [E06]

As mulheres demonstraram com o passar dos anos que podem desenvolver qualquer função na polícia, pois desempenham com total dedicação qualquer trabalho a que forem designadas. As policiais femininas são verdadeiras guerreiras, pois além de serem seguras e responsáveis no seu trabalho também executam as tarefas domésticas, cuidam de seus filhos, se maquam, se cuidam, não perdendo sua essência feminina. [E07]

A mulher possui outro enfoque na resolução dos conflitos, quando uma viatura é chamada para o atendimento de uma ocorrência e há uma mulher na guarnição, já se perde de certa forma o cunho repressivo, é possível se obter uma ótica mais cuidadosa e zelosa no desenrolar daquele conflito social. [E03]

Mas há os que defendam que a mulher só atrapalha porque o policial ainda tem que se preocupar com a segurança da policial, então essa pergunta é de fundamental importância. Será que para ser policial militar é imprescindível ter muita força física, é só disso que se precisa na polícia? [E03]

A melhora nessa perspectiva só trará no passar dos anos, será possível a sociedade e instituição olhar para trás e verificar a enorme evolução e progresso que a inserção de mulheres na polícia militar trouxe para a sociedade e para a instituição. [E03]

Homens e mulheres, teoricamente, estão sujeitos às mesmas condições em suas atividades na área da segurança pública, nas ações em defesa da população. Digo teoricamente, porque deve haver entre colegas do sexo masculino da segurança pública um instinto de proteção natural à mulher. Ou seja, o homem pode tomar à frente em uma ação de aglomeração ou luta para proteger sua colega. E, sinceramente, não vejo isso como preconceito, machismo ou questão de gênero, mas de instinto. [E33]

Cabe realçar a conclusão apresentada por dois integrantes masculinos, com mais experiência profissional, no que tange à atuação da mulher na Brigada Militar. Nessa perspectiva, reporta-se *ipsis litteris*:

Há de se ressaltar que algumas vezes durante o acompanhamento de ocorrência, observei que a abordagem feita por uma policial militar fez com que a vítima ficasse mais tranquila e ao final até elogiasse o tratamento recebido. Em uma dessas ocorrências, uma das partes fez o seguinte comentário: “se fosse atendido por um policial militar masculino teria sido atendido de forma grosseira e bruta”. Este comentário demonstra a atuação e a forma de atendimento por parte da policial militar feminina. Assim é equivocada a discriminação das pessoas em desfavor da policial militar feminina ao dizer que não teria condições de atender com competência e êxito uma ocorrência policial militar. [E12]

De todo o narrado e ao longo dos meus 19 anos de atuação policial militar, executei os mais diversos serviços atuando com policiais militares femininas e nunca tive nenhum evento que diga que a mulher não seria adequada a atividade policial, todas as colegas, seja na atuação de rotina ou de risco desempenharam plenamente as suas atividades, pois independente da característica física ou gênero, todos somos profissionais qualificados e treinados, embora exista preconceito com a policial militar ainda visível na sociedade, a mulher consideravelmente vem assumindo seu lugar e derrubando tais barreiras.

Como diz o jargão, o lugar da mulher é estar onde ela quizer, dependendo de cada mulher.

Na mesma linha de pensamento, os figurantes exteriores aludem à evolução das conquistas femininas na sociedade ao longo dos anos na atividade policial, como equidade de direitos e obrigações, efetivada pela ocupação de cargos de destaque na corporação. Ilustra-se a seguir:

(...) vemos várias policiais mulheres trabalhando nas ruas, fato que não se via há um tempo. (...) embora por muito tempo tenham sido consideradas frágeis, têm total capacidade de exercer uma atividade considerada somente masculina. [E25]

Na atualidade, é normal vermos uma policial militar no exercício da atividade de polícia (...). Com o ingresso da mesma, foi necessária uma grande transformação na concepção das atividades (...). [E31]

A presença da mulher marca a busca da igualdade de gênero. [E30]

(...) mostrar a sociedade que é possível às mulheres desempenhar essa função com grande capacidade e competência. [E32]

O papel da mulher, assim como do homem, tem a mesma importância, visto que

no âmbito profissional suas funções são idênticas, o que a sociedade espera de ambos é o bom desempenho das atividades que resultem em sensação de segurança. [E23]

A mulher vem ocupando vários espaços até então considerados masculinos no mercado de trabalho e a carreira de policial militar é mais uma das conquistas, pela grande maioria da sociedade, é muito bem vista e aceita. [E28]

(...) por questões temperamentais e de sociabilidade, as mulheres alcançam melhor e mais rápida a empatia com todos os grupos sociais. [E23]

Tal transformação eleva a reputação da instituição, civiliza os atendimentos pelo olhar diferenciado como negociadora de crises, garantindo o direito à intimidade das abordadas, quebrando paradigmas, promovendo uma polícia cidadã, defendendo a sociedade e, conseqüentemente, ajudando a alçar uma sociedade mais igualitária e democrática. Vejam-se os testemunhos:

(...) permitir a seleção de policiais em um universo maior de candidatos — o que tende a qualificar os quadros da instituição —, significa também um avanço no atendimento de situações que possam demandar medidas intrusivas, seja sob o aspecto físico, seja sob o aspecto psicológico, em relação a mulheres envolvidas nos atendimentos policiais. [E29]

(...) papel de alteração de paradigmas no atendimento, o que não pode é o contrário, ou seja, a corporação alterar a natureza das mulheres, não precisamos disso, precisamos do contrário, precisamos do olhar materno, do cuidado, da atenção do atendimento humanizado. Hoje, acho que se evoluiu nisso, embora pense que a evolução poderia ser muito maior, quem sabe quando tivermos na cabeça da corporação uma mulher esse estado de coisas mude efetivamente. [E24]

(...) trouxe um olhar diferenciado no atendimento as ocorrências (...). [E27]

(...) olhar mais humano, mais social para o indivíduo (...). [E32]

(...) trazer uma visão mais respeitosa às mulheres que venham a ser abordadas (...) passando de simples agente repressor para agente mediador de conflitos. Exemplo é a atividade desenvolvida no tangente à Lei Maria da Penha, em que a participação da policial feminina, ajuda, e muito, a mulher, sedizente vítima, a compreender os fatos em que se insere. Na verdade, a sociedade quer uma polícia cidadã, que atue, mas que tenha tato para fazê-lo. As pessoas precisam ter segurança de que podem ser abordadas sem abusos e atos violentos. [E26]

(...) construindo uma sociedade igualitária e democrática. [E30]

A atuação feminina na área da segurança pública, em especial na polícia militar, é relevante na defesa da sociedade. Analisando a afirmação que homens e mulheres têm o mesmo papel a desempenhar, me permito pensar que a presença do sexo feminino na força policial abre um espaço maior para a proteção da mulher civil, se sente mais segura, se encoraja para denunciar uma violência sofrida. [E33]

Embora estejamos vivendo uma situação de aumento da criminalidade provocada pela crise econômica que gerou desemprego e conseqüentemente reflexos negativos na sociedade, a evolução obtida com a presença feminina na Brigada Militar é sentida na humanização do combate à violência, na preservação e no respeito aos direitos humanos, valores que demonstram uma crescente qualificação nos serviços prestados pela instituição. [E33]

Face aos pontos analisados, nitidamente detecta-se certa oposição quanto ao papel da mulher na corporação entre os abordados privilegiados. O primeiro informante declara não haver distinção porque as funções, tanto de homem quanto de mulher são idênticas (E13). Em

contrapartida, o segundo acredita em alteração de paradigmas ao dizer “o que não pode é o contrário, ou seja, a corporação alterar a natureza das mulheres. Não precisamos disso, precisamos do contrário. Precisamos do olhar materno, do cuidado, da atenção e do atendimento humanizado”. Ainda salienta que a sociedade evoluiu bastante, mas espera-se mais e “quem sabe quando tivermos na cabeça da corporação uma mulher, esse estado de coisas mude efetivamente” (E24).

Durante a investigação, um informante do público interno masculino emitiu juízo de valor, desde a inclusão da mulher na Brigada Militar em 1985 e sua respectiva evolução gradual até os dias atuais, conforme declaração exógena aos questionamentos que enriqueceram esta pesquisa:

Quando se pensou em possibilitar a inclusão de mulheres na Instituição, a missão prevista seria aquela em que o policial masculino tivesse certa dificuldade ou não pudesse exercer, por exemplo, a revista pessoal minuciosa em mulheres e o atendimento a ocorrências envolvendo quisilas familiares. Assim, a mulher passou a representar um papel importante na sociedade ao exercer cargos e funções que até então somente homens exerciam, possibilitando uma grande abertura pela Instituição e pelo Estado, de forma inclusiva e indiscriminatória à mulher. [E15]

Na equivalente concepção da análise documental, traz-se à pauta o entendimento de uma inquirida interna quanto ao principal papel da mulher na polícia. Veja-se:

A policial feminina tem o importante papel em humanizar e sensibilizar a instituição policial. Isto porque na época da ditadura, a polícia cumpria suas atribuições muitas vezes por meios arbitrários e violentos, isto acabou produzindo na sociedade uma desconfiança e certa aversão à polícia. [E03]

Com a democratização da sociedade foi necessária uma readequação com novas perspectivas com o intuito de mudar a imagem da instituição policial. E com isso se tornou viável e necessária à inclusão de mulheres na polícia, o que de fato tornou as instituições policiais de modo geral mais humanizadas e com mais respeito aos direitos e garantias individuais a todos, população e integrantes. [E03]

Sumariamente, do modo praticamente unânime, observa-se que o principal papel da mulher na Brigada Militar é humanizar o serviço policial. Em segundo plano, aparece a quebra de paradigmas por desempenhar profissão classicamente masculina. Observa-se que a mulher tem exercido a atividade em epígrafe de forma satisfatória e diferenciada do masculino, devido às qualidades como racionalidade, profissionalismo, seriedade, dedicação, disciplina, sensibilidade, leveza, calma, equilíbrio e visão periférica. Estas peculiaridades favorecem a mediação de conflitos, a garantia do direito à intimidade das abordadas e das vítimas de violência doméstica. O instinto materno das militares proporciona sensação de proteção ao

cidadão e aproximação da polícia com a comunidade, situação conceituada como “polícia cidadã”.

#### 4.2.2 Mudanças para alterar a imagem institucional da polícia militar

No quadro que segue, examinam-se juízos de valor quanto às mudanças imprescindíveis para alterar a imagem da polícia militar de forma global. Fundamentalmente, compara-se de maneira ordenada:

Quadro nº 09 – Mudanças para alterar a imagem institucional da polícia militar

Atores internos (PM fem)	Atores internos (PM masc)	Atores externos
*superar a cultura machista (E01), (E02), (E03), (E05), (E07), (E11) *funções de comando (E04), (E08) *conscientização da importância da mulher na solução de conflitos e garantia da intimidade das abordadas (E05) *equiparação de direitos (E03), (E06), (E10) *reconhecimento institucional (E06), (E08) * qualificação (E09), (E11) *empoderamento (E09), (E11)	*publicitar a tomada de espaço da mulher (E13) *qualificação em igualdade de gênero (E14) *estabelecer limite de inclusão de mulheres na instituição (E15) *investimento pelo Estado de forma genérica *igualdade de gênero (E19) *educação e cultura (E20) *superar a cultura machista (E21), (E22) *não opinado (E16, E17) *valorização profissional (E12)	*envidar imagem positiva global da corporação (E23), (E24) *promover igualdade de gênero (E25), (E33) *arguir o assédio (E25) *banir a truculência policial (E26) *conscientização da importância da mulher policial (E27), (E29), (E30) *cultura e educação (E30), (E32) * publicitar as ações positivas da mulher (E31) *não opinado (E28)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Diante dos dados supramencionados, as sugestões listadas em maior número pelos atores internos femininos indicam urgência em superar a cultura machista. Alguns dizem que cimentam este espectro:

(...) ainda existe um machismo não declarado no meio institucional, isso vem de uma herança cultural que aos poucos está sendo modificada. [E01]

(...) a mudança deve ser cultural, uma vez que toda nossa sociedade pode ser considerada machista, ou seja, valoriza mais o serviço do homem do que o serviço da mulher como um todo. [E02]

(...) machismo é cultural, mas também sabemos e presenciamos que a mulher está conquistando cada vez mais o seu espaço, seja ele na sociedade civil como no corpo militar e de forma a só engrandecer a instituição. [E05]

(...) nossa cultura é de certa forma machista, ainda é possível ouvir algo do tipo “as mulheres, sob uma ótica biológica, possuem menos força física que os homens e não é aconselhável que trabalhem na atividade fim desta instituição”. O que já foi cabalmente comprovado que esta afirmação acima, passa longe da verdade, hoje é possível verificar homens e mulheres trabalhando na Polícia Militar e em perfeito desempenho, mas é possível ainda ouvir relatos de populares duvidando da capacidade profissional das mulheres, por simples preconceito. [E03]

Vimos de uma sociedade completamente machista a qual tem evoluído bastante,

mas tem muito a evoluir. O preconceito e a discriminação devem ser superados e erradicados, pois as mulheres demonstraram por sua competência que são capazes de desempenhar qualquer função dentro da polícia. [E07]  
(...) não deixar de tomar seu espaço por conta de preconceitos ou machismos. [E11]

O conceito de machismo, citado por vários inquiridos, trata de crença que o homem é superior à mulher. O chauvinismo baseia-se num sistema hierárquico de gênero em que há supervalorização das características físicas, intelectuais e culturais masculinas em detrimento das femininas (Martins, 2016).

Por fim, com menor expressão, as militares recomendam medidas para consciencializar sobre a importância da mulher na labuta diária policial. No mesmo sentido, é indispensável promover a equiparação de direitos e a especialização profissional, incluindo as funções de comando. Seguem-se tais lembranças:

É necessário entender que a maioria das ocorrências atendidas pela polícia não se exige força física, mas sim (...) solução do conflito, não de forma bruta, mas com calma, sensibilidade e humanidade.

Outra questão relevante (...) são as ocorrências que envolvem mulheres, estas se sentem mais a vontade quando atendidas por policiais femininas, sentem-se mais seguras. [E05]

Há muito ainda a se buscar na igualdade de homens e mulheres (...). [E03]  
(...) equiparação dos direitos, pois as funções e os labores diários são mais amplos e profundos do que imaginamos e fazem diferença na vida dos cidadãos, pois contribuem para o bem estar coletivo e para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As mulheres já provaram ser capazes de suportar a pressão profissional e sempre lograram êxito no desempenho de suas ações, por isso, merecem mais prestígio e reconhecimento institucional e social. [E06]

Para manter essa igualdade conquistada, não devemos aceitar qualquer tipo de discriminação de gênero que venha a surgir. Nem tão pouca desigualdade quanto a cargos, funções e limitações quanto à quantidade do efetivo feminino nas instituições. [E10]

Fazer referências às mulheres como profissionais capacitadas, não as diminuindo pelo fato de serem do sexo feminino, oferecendo mais cargos de comandos que antes eram ofertados apenas ao público masculino. [E08]

(...) já mostramos que temos potencial igual e muitas vezes até maior que muitos homens, tanto em esforço físico, como no aspecto intelectual, porém, temos muito a avançar, muitos lugares para conquistar, principalmente em atividades vistas como sendo somente para homens (...) lugares de comando. [E04]

(...) as alterações devem partir da própria policial feminina, valorizando seu trabalho, qualificando-se (...). [E11]

Incentivar as policiais a participarem dos cursos de especialização na área. Desenvolver nas mulheres o empoderamento na profissão, através de capacitação, treino e fazer com que elas se comprometam com a sua profissão, busquem as mesmas condições do efetivo masculino. [E09]

A percepção da relevância e a valorização das peculiaridades femininas na instituição é um patamar vital para o sucesso de quaisquer desafios que se coloquem à organização. Parafraseando uma das entrevistadas acima, é necessário entender que a maioria das ocorrências

atendidas pela polícia não se exige força física, mas sim habilidade para solucionar divergências e manter a ordem pública, não de forma bruta, mas com calma, sensibilidade, equilíbrio, racionalidade e sociabilidade (E05).

No que concerne às ideias dos militares masculinos para melhoria da imagem da mulher na corporação, constatam-se sugestões mais diversificadas. Por um lado - em concordância com as policiais - traz-se à pauta menções quanto à busca por igualdade de gênero, à superação do chauvinismo e à valorização profissional. Além disso, eles sugerem investimento em educação e cultura, e em publicidade da imagem positiva da mulher na organização. Cita-se:

Educação e cultura, simples assim. Acredito que não tenhamos alcançado ainda a equalização total do respeito entre os pares por falta do pilar maior em nossa vida: educação. Somos criados com a ideia de que ao homem advém a responsabilidade do sustento e à mulher a criação dos filhos e a manutenção dos trabalhos do lar, isso é cultural. Quando crescemos tomamos um choque de realidade, pois vemos que cada vez mais a mulher demonstra sua autonomia e sua capacidade. Educar tanto homens e mulheres que os valores não se medem pelo gênero ou opção sexual, e sim por sua postura em serviço e fora dele. [E20]

A mulher dentro da própria Corporação também é vítima, muitas vezes, de atitudes preconceituosas e machistas por parte de alguns homens. Além disso, sofre, em algumas situações, assédio, tanto moral como sexual. São atitudes lamentáveis, se faz necessária uma constante conscientização, em busca do respeito e importância da mulher na condição de policial militar. O cidadão também deve ser conscientizado do respeito da mulher policial militar, na condição de agente representante do Estado. [E21]

(...) a policial militar feminina ainda passa por formas preconceituosas, a sociedade tem aceitação, mas enxerga a mulher como um ser frágil. [E22]

As mudanças ocorrem naturalmente, porém devem-se tratar todos de forma igual, não distinguindo atividades diversas por ser do sexo feminino. [E19]

Apesar de a policial militar demonstrar preferência pela atividade operacional, não é o que ocorre na prática, pois proporcionalmente a maioria das mulheres está nas atividades internas. (...) Acredito que as mulheres desejam e querem provar que têm a mesma capacidade dos homens e, ao mesmo tempo, garantir um tratamento que respeite as suas especificidades (femininas). [E12]

(...) publicitar mais ainda a tomada de espaço da mulher. [E13]

Por outro, entrevistados indicam que um melhor conceito a respeito do público feminino passaria pela exigência de idênticos parâmetros aos masculinos, principalmente nos cursos de formação, mesmo sem atender às peculiaridades físicas de gênero. Outros itens seriam a imposição de percentagem limite de inclusão de mulheres na instituição e medidas de investimentos pelo Estado sem determinar o gênero. Elucida-se abaixo:

Durante a formação, submeter a policial feminina às mesmas exigências físicas e psicológicas que são submetidos os policiais masculinos, desta forma obtendo um nivelamento técnico dentro da Instituição, para que independente do gênero (masculino ou feminino) o serviço seja desempenhado com qualidade. [E14]

(...) certas dificuldades a determinados comandos operacionais quando não raras vezes

duas policiais femininas são escaladas na mesma guarnição (...) carecem da força física e isto faz com que determinada guarnição se fragilize frente às demandas de atendimento de ocorrência em que o policial militar será mais exigido fisicamente. Portanto, urge a necessidade de estipular através do Edital de Concurso, percentuais de inclusão de candidatos femininos, buscando-se manter um equilíbrio no efetivo e o não prejuízo à execução do policiamento ostensivo, em razão do excesso de mulheres na Brigada Militar. [E15]

Creio que na Brigada Militar, a maior dificuldade é enfrentada por todos, não somente por mulheres. O Estado do Rio Grande do Sul vive uma crise. A Segurança Pública é afetada diretamente. Os servidores recebem salários atrasados e parcelados. As condições de trabalho são precárias por falta de treinamentos e de equipamentos, falta de efetivo, viaturas sucateadas. Condições que expõem homens e mulheres ao risco diário. Condições percebidas pela população e necessitam urgentemente de solução e investimento por parte do Estado. [E18]

Por fim, os figurantes internos masculinos mencionam tópicos antagônicos. Enquanto a maioria defende a busca da igualdade, a superação da cultura machista e a valorização das policiais femininas; outros impõem restrições de ingresso na instituição e curso de formação com equiparação física. No último caso, percebe-se certo afastamento da igualdade material firmada pela premissa de Rui Barbosa - inspirada na lição clássica de Aristóteles - “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades” (Módolo, 2009).

Corroborando com esse entendimento, a linha de pensamento de Itiro Ilda (2005), “homens e mulheres não apresentam diferenças quanto à capacidade intelectual, mas são diferentes em suas funções fisiológicas, capacidade cardiovascular, forças musculares e dimensões antropométricas”. Ressalta-se que, em regra, as mulheres são mais baixas que os homens. Ainda que tenha mesma estatura, difere a proporção dos segmentos do corpo, por exemplo, a medida torácica do homem é maior do que da mulher normalmente, já a medida do quadril é o inverso. Além disso, a capacidade muscular feminina corresponde, aproximadamente, 60% a 70% (sessenta a setenta por cento) do gênero masculino. Inquestionavelmente, as características físicas femininas são distintas dos homens e não podem ser equiparadas (Ilda, 2005).

No entanto, surge a opinião de um dos informantes no sentido de estipular através do Edital de Concurso, percentuais de inclusão de candidatos femininos, buscando-se manter um equilíbrio no efetivo e o não prejuízo à execução do policiamento ostensivo (E15). Notoriamente, esta medida já foi adotada em alguns estados do Brasil como, por exemplo, Santa Catarina. Devido ao número crescente de mulheres nomeadas para os cargos de polícia, poderá haver regulamentação limitadora dessa participação num futuro próximo.

Outro inquirido sugere compor a guarnição de serviço mesclando homem e mulher no intuito de haver o equilíbrio entre a força física e a habilidade de mediação em conflito (E22).

Considera-se uma das respostas mais plausíveis para a situação fática.

Já os inquiridos externos aconselham publicitar as ações positivas da mulher, consciencializar os colegas e a sociedade sobre a importância da policial. Destarte apresenta-se:

É preciso que se dê destaque as suas atividades desenvolvidas, que se divulgue na mídia a participação da policial militar feminina nas mais diversas operações que a polícia militar realiza. [E31]

Acredito que a imagem da Policial Militar Feminina possa melhorar com o esclarecimento à população quanto ao papel essencial no atendimento de ocorrências. Há situações que deveriam ser atendidas exclusivamente por mulheres (...). São casos de violência doméstica praticados contra mulheres e crianças, e casos de violência sexual. [E27]

Creio que a imagem institucional da policial militar feminina junto aos cidadãos tende a ser cada vez melhor com o simples passar do tempo, que irá permitir perceber cada vez mais a aptidão das mulheres para o exercício de tal mister. [E29]

Acredito na mudança cultural da sociedade, na educação dos filhos e netos, etc.. Concientização e respeito à presença feminina, principalmente com o diálogo e com a mediação dos conflitos. [E30]

(...) diante do aumento da criminalidade, a sociedade está buscando alternativas (...) uma delas está na força do trabalho feminino, as coisas estão acontecendo, um grande projeto a meu ver desenvolvido por policiais femininas na nossa cidade é o Programa Educacional de Resistência as Drogas - PROERD, promovido nas escolas, pois além de acreditar nas mulheres, acredito também no jovem e no adolescente para transformar para melhor nossa sociedade. [E32]

Além disso, os informantes extrínsecos sugerem promover a igualdade de gênero, coibir o assédio moral e sexual, banir a truculência policial e envidar a imagem positiva global da corporação.

Trabalhar o respeito mútuo na corporação visando diminuir ocorrências de casos em que policiais homens neguem-se a trabalhar com policiais do sexo feminino. Neste contexto também o respeito com relação ao assédio sofrido pelas policiais dentro do próprio local de trabalho. [E25]

(...) a presença de policial feminina minimiza os efeitos da impressão corriqueira de truculência policial com os suspeitos e nem sempre culpados (...). [E26]

(...) não vislumbro a necessidade de as mulheres terem de trabalhar sua imagem institucional, (...) entendo que a profissão policial militar deva envidar esforços para manter seu respeito e a imagem positiva junto às comunidades. [E23]

Penso que seria necessário que a corporação delineasse na sua cúpula o que pretende, o que quer, onde quer chegar, como vê a mulher nesse contexto e no que poderiam elas auxiliar na mudança de paradigmas. Para melhorar a imagem institucional da policial militar feminina é necessária a alteração da imagem da própria instituição, parecendo-me que para isso poderiam as policiais militares femininas colaborar decisivamente. [E24]

A imagem da policial feminina está consolidada por todas as razões acima especificadas. Obviamente no universo militar, secularmente ocupado por homens e de machismo enraizado, há muitos avanços a serem galgados pelas mulheres. Creio que ser protegido por uma mulher é tão seguro quanto por um policial militar do sexo masculino. Talvez esta seja a imagem a ser construída perante a sociedade. [E33]

Após uma análise atenta do enunciado supra, percebe-se que qualquer transformação significativa estaria ligada à flexibilização de uma dinâmica institucional consolidada por longo tempo. Rever resultados a serem almejados para a obtenção de uma imagem positiva da instituição, certamente levará à percepção do imprescindível papel que caberá às mulheres nessa evolução de processos e mudança de procedimentos.

Em resumo, percebe-se, quase na totalidade das profissionais perquiridas, que o desejo primordial seria o de ultrapassar o chauvinismo. Nesse sentido, aconselha-se desenvolver políticas institucionais de conscientização da importância da mulher na instituição, visto que ela pode realizar o trabalho em igualdade de direitos e de obrigações com seus pares e, ainda, possuir atributos femininos que qualificam a prestação de serviços já citados ao longo deste estudo. Da mesma forma, as próprias policiais não devem buscar privilégios, mas, sim, reconhecimento institucional e melhoria de desempenho na profissão, chegando a galgar funções de comando. Os figurantes masculinos concordam com esse entendimento e incentivam a mudança cultural pela educação organizacional e publicidade da imagem positiva da profissional.

### **4.3 Meio envolvente**

Nesse tópico, busca-se pautar tanto as dificuldades encontradas pelas mulheres no desempenho de uma profissão secularmente masculina, verificando se estas atendem satisfatoriamente os anseios da sociedade contemporânea, quanto explicitar situações fáticas de discriminação de gênero.

#### **4.3.1 Desempenho da profissão polícia militar pelas mulheres**

No quadro sistematizado *a posteriori*, procura-se não só esclarecer se os colegas já enfrentaram dificuldades em trabalhar com o efetivo feminino ou se presenciaram obstáculos encontrados por elas no exercício da profissão, como também se as mulheres desempenham satisfatoriamente o ofício. No último quesito, foi solicitado a todos os investigados que tecessem algumas considerações genéricas sobre o assunto. Além disso, as policiais apontam as maiores dificuldades em trabalhar numa profissão predominantemente masculina.

Quadro nº 10 – Desempenho da profissão pelas mulheres

Atores internos (PM fem)	Atores internos (PM masc)	Atores externos
*sem dificuldades (E01), (E08), *maior dificuldade é o preconceito (E02), (E03), (E04), (E05), (E06), (E07) *assedio moral e sexual (E07) *demonstrar a capacidade (E09) *porte físico (E11) *satisfatório (E01), (E02), (E03), (E04), (E05), (E06), (E07), (E08), (E09), (E10), (E11)	*não há dificuldades nem obstáculos (E13), (E16), (E17), (E18), (E20) *obstáculo é a compleição física e falta de preparo (E13), (E16) *dificuldades no uso da força (E14), (E15), (E19), (E22) *obstáculos no uso da arma de fogo (E14), (E21) *satisfatório (E12), (E13), (E17), (E18), (E20), (E21) *parcialmente satisfatório (E14), (E16) *insatisfatório (E15)	*satisfatório (E23), (E25), (E26), (E29), (E30), (E31), (E32), (E33) *parcialmente satisfatório (E24), (E27) *não satisfatório (E28) *policiais qualificadas (E26)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Por unanimidade, os atores internos femininos afirmam que desempenham a profissão de forma satisfatória diante da demanda exigida pela sociedade atual. Isso se faz com algumas ressalvas, notadas no percorrer dos depoimentos comprobatórios:

(...) anos trabalhados no policiamento ostensivo, desempenhei minhas funções dentro do esperado (...). [E01]

(...) as mulheres desempenham bem seu papel como policiais, respeitando suas particularidades diferenciadas do efetivo masculino. [E02]

Desempenho minha atividade de policial militar de forma satisfatória. [E03]

(...) desempenhamos a nossa profissão de forma satisfatória, conquistamos lugares dentro da Corporação que por muito tempo foi exercida somente pelos homens, exemplo é as policiais feminas que exercem a função de comando. [E04]

Acredito que desempenho de forma satisfatória minha profissão, hoje administrativamente, mas quando em serviço de atendimento de ocorrências, da mesma forma, acredito que sempre acrescentei no grupo ao qual trabalhava, cumprindo com as minhas atribuições. [E05]

Hoje podemos encontrar mulheres em cargos antes somente ocupados por homens, por exemplo, delegadas, agentes penitenciárias, escritãs, policiais femininas. Estamos trabalhando na linha de frente, coibindo a prática de crimes e promovendo a segurança. Na minha profissão, acredito que desempenho de forma satisfatória, muitas vezes acumulando funções e trabalhando em diversas atividades ao mesmo tempo, desafios que me fazem crescer a cada dia. [E06]

Acredito que desempenho uma função satisfatória dentro da corporação a qual faço parte, tendo em vista que todas as funções policiais eu consigo desenvolver com dedicação e seriedade. [E07]

(...) as mulheres desempenham as atividades de forma satisfatória, até mesmo pelo fato da sociedade encontrar nas policiais femininas algumas características diferenciadas que auxiliam no bom relacionamento interpessoal. [E08]

Diante de todas as conquistas da mulher, vejo que dentro da instituição da Brigada Militar, o efetivo feminino já atingiu a igualdade dentro de direitos e deveres iguais. [E10]

(...) a policial feminina desempenha sua função da melhor forma possível, utilizando-se de toda técnica e conhecimento possível. [E11]

Atualmente desempenho minhas funções no setor de recursos humanos e esporadicamente no policiamento ostensivo. Procuro desempenhar minhas atribuições da melhor forma e sempre que possível trabalho no policiamento ostensivo para me

manter atuante. Participo, sempre que há oportunidade, de cursos de capacitação e/ou atualização. [E09]

Interessante salientar que as mulheres não só demonstram contentamento por realizar seu papel na instituição de forma eficiente, mas também investem em cursos de atualização e capacitação.

Quando questionadas sobre as dificuldades e os obstáculos enfrentados para desempenhar a atividade policial, a maioria descreveu o preconceito. Em menor número, o assédio moral e sexual, as limitações do porte físico e a necessidade de ter que demonstrar, frequentemente, sua capacidade muscular e intelectual.

A maior dificuldade decorre do preconceito que o colega masculino tem em relação ao efetivo feminino. [E02]

(...) trabalhei muitos anos na atividade operacional, num primeiro momento fui desafiada por colegas a respeito das minhas capacidades de trabalho frente aos imprevistos que poderiam vir, mas sempre dei a resposta necessária a todas as demandas e nunca me senti impotente ou inferior aos demais colegas (...). [E03]

(...) maiores dificuldades que ainda enfrentamos é o preconceito em uma mulher exercer uma profissão que por muito tempo era exercida somente pelos homens, mesmo com tanta evolução ainda enfrentamos discriminação por parte de colegas de farda, por ser mulher, e por muitos pensarem que não podemos medir esforço físico igual dos homens. [E04]

A maior dificuldade na profissão são os colegas que imaginam que a mulher não sabe desempenhar suas funções em ocorrências de maior risco, mas com o decorrer do serviço se dão conta que a mulher é muito mais comprometida, mais detalhista, mais atenciosa que o homem. [E05]

Apesar da resistência de alguns que tentam insistir na utopia da desigualdade, nos superamos a cada dia como mulheres, mães, amigas e profissionais. [E06]

A maior dificuldade é o preconceito de uma sociedade machista, onde muitos acreditam que somente a força física consegue resolver os problemas enfrentados pela sociedade. Também existe o assédio moral e sexual principalmente dentro da corporação, muitas vezes é velado e dissimulado, causando danos emocionais e na autoestima das policiais femininas. [E07]

Acredito que a maior dificuldade é o diferente porte físico comparado ao policial masculino. A policial feminina tem um porte físico mais frágil, o que reflete na receptividade e credibilidade da população num atendimento de ocorrência. [E11]

Acredito que as maiores dificuldades atuais estão em demonstrar a capacidade das mulheres nas atividades policiais. Muitas são profissionais bem capacitadas e que desenvolvem as suas atividades de forma excelente, contudo, (...) talvez a formação ou a atitude de algumas polícias, principalmente na atividade fim, estejam aquém do que se espera dessa profissional. [E09]

É meu desiderato explicar o posicionamento admirável de uma policial quanto à visualização da falta de habilidade profissional de algumas militares na atividade operacional da Brigada Militar. Tais atitudes dificultam a aceitação no meio funcional predominantemente masculino. A depoente denota a urgência em treinamento e comprometimento com a profissão que escolheram, conforme se menciona *ipsis litteris*:

Facilmente identifico a falta de destreza ao manusear armamento, algumas apresentam dificuldade até mesmo para conduzir uma viatura policial e acabam por ensejar uma opinião desfavorável em uma profissão machista, onde a mulher já precisa provar que é capaz e algumas dessas profissionais ainda usam do artifício da fragilidade e acabam gerando uma concepção de que elas não são capazes. Cabe salientar que as mulheres possuem características próprias, geralmente, possuem menos força física, mas isso não significa que não sejam capazes de um enfrentamento. Logo, precisam buscar superar as dificuldades, através de treinamento e comprometimento com a profissão que escolheram. Volto a mencionar que não posso apontar de maneira absoluta, mas acredito que talvez o problema esteja nos cursos de formação ou na forma como o efetivo masculino trata essas profissionais. [E09]

De um ângulo, os atores internos masculinos acreditam que não há dificuldades nem obstáculos em trabalhar com o efetivo feminino.

Não há dificuldades em trabalhar com o efetivo feminino. [E13]  
(...) não há dificuldades em trabalhar com o efetivo feminino (...). [E16]

Não vejo dificuldade no desempenho profissional de uma policial e nunca presenciei obstáculos, pois as mulheres desempenham todas as funções no policiamento ostensivo, seja na função de auxiliar de serviço externo, seja como patrulheiras ou motoristas, bem como no serviço administrativo. [E17]

Na minha opinião, não há dificuldade alguma em trabalhar com policial militar feminina. Já presenciei profissionais enfrentando dificuldades rotineiras de trabalho, mas não pela questão do sexo (...) [E18]

Não vejo problemas, já trabalhei em diversas ocasiões e nunca tive queixa das ações. [E20]

De outro, os militares entendem que a maior dificuldade das mulheres registra-se no uso da força e da arma de fogo, devido às dimensões antropométricas reduzidas e à falta de treinamento.

No que se refere aos obstáculos, o principal é a complexão física de algumas mulheres. [E13]

Já presenciei alguns obstáculos enfrentados por policiais femininas, muitos causados por falta de preparo ou por esperarem que os homens resolvam as situações encontradas. [E16]

Há dificuldade no tocante a atividade operacional, especificamente nas questões afetas ao uso da força. Em situações de treinamento já foi observado diversos obstáculos, principalmente no uso da arma de fogo, no atendimento de ocorrências não observei obstáculos. [E14]

(...) as dificuldades são em razão da diferença física e fisiológica (...). Já presenciei obstáculos enfrentados por militares femininas em ações de capturas de fugitivos em locais de difícil acesso, bem como em ocorrência de tumulto ou briga generalizada (...) houve a solicitação de não adotar procedimentos mais severos com uso moderado da força ou preparo físico maior, alegando serem mulher e que não poderiam fazer. [E15]

Algumas dificuldades surgem, quando se é necessário o uso da força em ocorrências. Porém se destacam na mediação de conflitos por exemplo. [E19]

(...) no que tange a força física (...) a mulher em algumas situações possui dificuldade em situações de mobilização, pois quando ocorre resistência, o criminoso agressor

não deixa intimidar-se pela ordem feminina e por tal situação a mulher tende a ser mais cautelosa e segura. [E22]

(...) a maioria dos delitos são cometidos por homens, sendo que o uso da força na mesma proporção ou até maior do que o infrator é um dos obstáculos que dificulta a atuação da mulher. Tal empecilho até pode ser superado ou amenizado pelo uso da tecnologia ou com constante treinamento. [E21]

Neste momento, importa apresentar as opções enveredadas pelos atores internos masculinos quanto ao desempenho do efetivo feminino na polícia diante dos objetivos almejados pela sociedade contemporânea. A maioria entende ser satisfatório consoante segue:

(...) a mulher executa suas atividades com êxito e de forma exuberante, criteriosa, técnica, profissional, com mais paciência e habilidade, sem exceder nos seus procedimentos, tanto nas atividades internas como nas de rua. [E12]

De regra, desempenham as funções de forma satisfatória. [E13]

(...) as profissionais do sexo feminino desempenham satisfatoriamente seu trabalho. [E18]

Acredito que sim. A evolução dos direitos não trouxe apenas a igualdade em tratamento, mas também propiciou o aumento da confiança em si mesmo. O treinamento é igual a todos, assim sendo o feminino se prepara da mesma forma que o masculino, quer seja na teoria como na prática. Ambos estão preparados para o atendimento de ocorrências, quaisquer que sejam, se o erro ocorre vai ser por fator humano e não por fator de gênero. [E20]

(...) a mulher tem desempenhado satisfatoriamente suas atribuições diante das novas demandas de segurança pública, em especial na proteção familiar. [E21]

(...) as policiais desempenham todas as funções no policiamento ostensivo, seja na função de auxiliar de serviço externo, seja como patrulheiras ou motoristas, bem como no serviço administrativo. [E17]

Todavia, surgiram ideias que não tiveram a mesma frequência que as anteriores. Dois informantes acreditam que as mulheres exercem a função parcialmente. Um alega que o desempenho é insuficiente devido às demandas sociais exigidas pelos órgãos da Segurança Pública.

Algumas policias desempenham de uma forma satisfatória sua profissão, buscando se aperfeiçoar em algum tipo de arte marcial ou simplesmente por estarem ao lado dos policiais masculinos no atendimento acabam passando confiança pro restante do efetivo. Já outra parte, não consegue desempenhar suas funções de forma satisfatória, tanto que percebemos um grande número de mulheres na parte administrativa dos batalhões. (...) leva a se pensar numa limitação de vagas, fato que já ocorre em algumas Polícias Militares. [E16]

A atuação é satisfatória sob o ponto de vista das ações preventivas e administrativas, no entanto, por vezes, não é satisfatório no atendimento de ocorrências em que se faz necessário o uso da força. [E14]

(...) a policial feminina desempenha, dentro do possível, as mesmas funções desempenhadas dos masculinos (...) humanamente não é possível realizar com a mesma eficiência. Desta forma, não é atendida a demanda social com a efetividade que é exigida dos Órgãos de Segurança Pública. [E15]

Os figurantes externos, de forma expressiva, manifestaram o contentamento do trabalho realizado pelas policiais, além de destacar a busca de qualificação. Ou seja, verificaram que muitas militares cursam ensino superior. Sem sombra de dúvidas, a sociedade usufruirá de um serviço mais humano e civilizado com o aumento do nível de preparação das policiais. Assinalam-se as seguintes declarações:

Entendo que sim, cada grupo com suas funções pertinentes, observo que quando imbuídas de suas missões, afazeres e compromissos, sempre investem o que tem de melhor e os resultados são positivos. Acrescidas, como já manifestei anteriormente, com grande grau de empatia em menor espaço de tempo. [E23]

Sim, as policiais militares atendem a população com respeito e dedicação, trabalhando de forma competente em todos os sentidos. [E25]

Entendo que sim. (...) é bastante corriqueiro verificar que as policiais são portadoras de diploma superior ou estão cursando, em especial Direito. Isso, é lógico, qualifica e humaniza as pessoas que, tendo um pouco de civilidade e cultura, melhor farão seu trabalho. [E26]

Sim, sem dúvida. São poucas as situações em que, como regra, o desempenho da atividade policial irá demandar o atendimento exclusivo por homens. [E29]

Sim, elas desempenham com muita competência. [E30]

(...) não se distingue, pelo menos na Brigada Militar, se foi o homem ou a mulher que realizou o trabalho, mas sim integrantes da instituição. Entretanto, devido ao treinamento e curso que as mulheres recebem para o desempenho de suas atividades, penso que é satisfatório o seu desempenho. [E31]

Com certeza sim, ainda em número muito menor ao efetivo masculino, é sem dúvida excelente ver mulheres atuando na segurança pública. [E32]

Sim, mesmo com a defasagem salarial, com a carência de equipamentos e de materiais de trabalho, somada aos desafios cotidianos de mostrar que está em condições de igualdade em relação aos homens quando o assunto é segurança pública, entendo que as profissionais desempenham suas funções com excelência.

Há desagrado significativo em relação à administração da corporação, do estado e do país, sem, no entanto, haver explicações especificamente dirigidas ao trabalho realizado pelas policiais. Contudo, um dos investigados indica explorar as particularidades femininas, como sensibilidade, para obter uma mudança global no perfil da organização:

Penso que poderiam ser melhores aproveitadas em atividades específicas que como referi exige uma maior sensibilidade. Além disso, a meu ver, têm elas uma tarefa muito mais grandiosa que é a mudança global de perfil da corporação. De qualquer sorte, entendo que inúmeros avanços ocorreram. [E24]

Com o material humano disponível e aos equipamentos, entendo que fazem muito mais do que seria exigido nas condições que se apresentam. [E27]

Aqui, especialmente em nosso estado e país, entendo ser a situação crítica. Os policiais são mal remunerados, em razão do nível de violência instalado creio que trabalham em um nível elevadíssimo de stress, inseguros e muito provavelmente cansados e sobrecarregados, pois o efetivo deve ser menor que o recomendado. Aliás, esse é o retrato do nosso país. Infelizmente. [E28]

Conclui-se parcialmente que a totalidade das policiais, e a maioria dos atores internos

masculinos e dos atores externos, presume que elas atendem satisfatoriamente os anseios da instituição e da sociedade, com muitas militares buscando a qualificação em cursos de atualização e de capacitação devido a seu comprometimento com a profissão escolhida.

Quanto às dificuldades, novamente se conclui que o preconceito é o maior obstáculo, seguido pelo assédio moral e sexual, porte físico reduzido e a necessidade constante de demonstrar a capacidade funcional.

Em relação aos colegas de profissão, a divisão de opiniões não permitiu chegar a conclusão quanto às vantagens e dificuldades em se trabalhar com o efetivo feminino.

#### 4.3.2 Discriminação de gênero

Por fim surge o último eixo. No quadro nº 11, sintetizam-se experiências dos entrevistados quanto à discriminação de gênero enfrentada pela classe feminina na polícia. É possível visualizar a seguinte representação comparativa:

Quadro nº 11 – Discriminação de gênero

Atores internos (PM fem)	Atores internos (PM masc)	Atores externos
*sem discriminação (E01), (E03), (E08), (E10), (E11)	*sem discriminação (E13), (E14), (E15), (E16), (E17), (E18), (E20)	*sem discriminação (E28), (E29), (E30), (E33)
*há discriminação (E02), (E04), (E05), (E06), (E07), (E09)	*há discriminação (E12), (E19), (E21), (E22)	*há discriminação (E23), (E24), (E25), (E26), (E27), (E31), (E32)

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Em matéria de constrangimento funcional pelo gênero, dividiram-se posicionamentos pelas policiais. Apesar de algumas não mencionarem discriminação, já perceberam certa desconfiança quanto à capacidade de cumprir a função dentro do esperado. Vejam-se algumas consignações:

Não, sempre fui bem acolhida e provei minha capacidade no decorrer da função. [E01]

(...) não posso afirmar que me senti discriminada, pelo contrário, sempre me senti respeitada pelos meus colegas, os quais sempre me trataram com todo o respeito. Entendo que há entre os colegas masculinos especulações a respeito de nossas capacidades físicas, mas nunca comentaram direto comigo. [E03]

Como policial militar feminina nunca me senti discriminada. Acredito que o mais importante é levar em consideração a competência do profissional, independente do sexo. As mulheres galgaram seus espaços com muito esforço e sob muitas dificuldades. [E08]

Nunca senti nenhum tipo de discriminação de gênero, nem por colegas nem pela sociedade. [E10]

Já senti certa desconfiança quanto a minha capacidade de realizar alguma função,

o que foi logo desbancada por uma boa atuação e desfecho do que era esperado. [E11]

O planejamento da indagação baseou-se em instrumentos para conseguir perceber os sentimentos dos depoentes femininos quanto à discriminação de gênero na execução de um ofício secularmente masculino. Nesse diapasão, exemplificam categoricamente tal situação fática:

Sim, diariamente, por parte dos colegas de farda. Já ouvi um colega masculino dizer que uma viatura com uma guarnição composta por duas mulheres era o mesmo que não ter guarnição. Muito embora haja uma mudança gradual no pensamento dos colegas pelo fato de que a cada dia entram mais mulheres nas fileiras policiais militares, este preconceito ainda é forte nos dias atuais. [E02]

Sim, desde o curso de formação senti por parte de alguns colegas a discriminação de gênero, vista muitas vezes como frágil ou incapaz de concluir certas atividades onde somente os homens pela sua força conseguiriam e nas diversas brincadeiras que nos envolviam por sermos mulheres. Após a formação ainda sentimos discriminação por colegas e também por pessoas da sociedade, somente por sermos mulheres, e por alguns acreditarem que não desempenhamos o papel tal como os homens. [E04]

Já senti discriminação por parte de colegas que não acreditavam na minha capacidade de resistência, de força física, mas isso só me impulsionava a fazer melhor, mostrando que a mulher pode e deve ter o seu espaço, desde que ela queira. Nossa sociedade ainda é machista, mas só se abala aquele que se deixa abalar. Dificuldades sempre existirão, mas nada que nos impeça de sermos aquilo que queremos ser: policiais militares. [E05]

Com certeza muitas vezes somos discriminada por sermos mulher, ouvindo piadas machistas que mulher é sexo frágil e não trabalhariam com policiais femininas na viatura porque iríamos deixar mal os homens em determinada ocorrência; mas são coisas que superamos com o tempo e mostramos que somos capazes de trabalhar em igualdade com os homens. Acredito que a visão de segurança pública que a sociedade almeja precisa estar acima das diferenças de gênero e pautar-se no bem comum de todos como pacto social. [E06]

Já me senti discriminada tanto por colegas de farda quanto pela sociedade, (...) é notório a forma de espanto e surpresa com que a sociedade olha para uma viatura com duas mulheres a bordo efetuando patrulhamento ostensivo. Na corporação já fui proibida de embarcar em uma viatura por ser mulher, sendo substituída por um colega do sexo masculino. [E07]

Sempre procurei desempenhar minhas atividades com muita dedicação, na maioria das vezes tive reconhecimento positivo por parte dos meus pares e superiores, mas já senti discriminação, ocorreu durante o curso na Escola de Sargentos, no pelotão de 30 policiais tinha apenas duas policiais femininas e de nós sempre era exigido mais, exemplo claro era a aula de tiro, todos podiam errar, exceto as mulheres, pois já surgiam comentários questionando a capacidade. Em contrapartida, quando obtínhamos as melhores notas em outras disciplinas, era porque não eram disciplinas importantes. Logo, sempre havia uma competição de todos contra as policiais femininas, contudo ao final do curso, essa situação estava superada, pois os colegas perceberam as qualidades e a dedicação com que nos empenhávamos em todas as disciplinas e missões inerentes a nossa futura graduação, pois nos dedicávamos muito. [E09]

Percebe-se que as militares são bem enfáticas ao descreverem as discriminações enfrentadas em razão do gênero. Por um lado, a maior parte das entrevistadas vivenciou essa

experiência desagradável. Por outro, a esmagadora maioria dos atores internos masculinos não presenciou tal constrangimento. Logo, descreve-se:

Nunca observei situação desse tipo. [E13]

Pela sociedade não foi presenciado. Por colegas não foi presenciado discriminação, apenas exposição/relatos de fatos aonde a policial militar feminina nas situações que necessita fazer o uso da força não tem um desempenho eficiente. [E14]

Discriminação de gênero não. Mas, em razão da não atuação em determinadas ocorrências ou em algumas funções em que colegas sentiram-se desprestigiados, pois as colegas deixaram (...) de exercer tarefas mais difíceis, as quais vieram a sobrecarregar os Policiais Militares masculinos, por razões meramente atinentes às limitações funcionais da mulher. [E15]

De forma direta não percebi nenhum tipo de discriminação, mas acredito que exista, pois já ouvi de colegas que não desejavam trabalhar com algumas colegas por sua compleição física ou simplesmente por demonstrarem medo ao enfrentarem algum tipo de perigo. [E16]

Nunca presenciei alguma colega ser discriminada. [E17]

Nunca presenciei discriminação de gênero por colegas ou pela sociedade em geral, o sexo não interfere em nada na atividade de policial militar e sim a capacidade do agente. [E18]

Não presenciei. [E20]

Na generalidade, poucos colegas de farda avistaram *in loco* eventos discriminatórios de gênero na organização. Alguns tão só imaginam ou ouviram falar sobre o assunto. Outros enfatizam não haver o preconceito apenas na Brigada Militar, mas sim em todos os segmentos da sociedade.

Ocorrem, porém com menor frequência como antigamente, conforme relato de policiais mais antigos, mas simplesmente pelo mesmo motivo banal do sexo frágil. Alguns colegas sentem-se mais vis na presença de uma colega feminina, agindo de forma mais branda mediante algumas situações, ou seja, por extinto natural os policiais masculinos além de ter que se protegerem, dão mais atenção para integridade física de sua colega feminina. [E19]

Alguns eventos discriminatórios já foram percebidos (...). São discriminações de toda ordem, desde simples piadas pejorativas até situações de assédio moral e sexual, desrespeitando a mulher e sua capacidade de atuação. No entanto, muito se evoluiu no decorrer dos tempos, de forma positiva, melhorando sobremaneira esse convívio e o trabalho entre os policiais militares (mulheres e homens). [E21]

Já observei algumas situações. Um colega até mencionou que no emprego em dupla com policiais femininas não possuía segurança para intervir em alguma ocorrência. [E22]

Sim, em algumas oportunidades a mulher é subjugada na atuação da abordagem policial e quando testada se impôs, adotou os procedimentos adequados, demonstrou sua desenvoltura frente ao atendimento da ocorrência e logrou êxito no desempenho de suas ações mesmo nas adversidades. [E12]

Relativamente aos atores externos, somente uma fatia menos significativa de inquiridos não se deparou com tal discriminação, consoante narração:

Não presenciei ou tomei conhecimento de nenhuma situação discriminatória envolvendo policiais militares femininas. [E28]

Não. [E29]

Nunca vivenciei qualquer tipo de discriminação. [E30]

Não. Temos uma população trabalhadora, ordeira e que respeita suas autoridades, independentemente de gênero. [E33]

Entretanto, os informantes externos demonstram estar em harmonia com o posicionamento das militares. Ou seja, numa postura mais cética, constata-se que a expressão é considerável quanto a fatos concretos de constrangimento de gênero, não só pelas policiais, mas por mulheres de todas as profissões:

Sim, como participei das primeiras turmas ingressando na corporação, a novidade sempre trouxe várias indagações, receios e avaliações prematuras da capacidade e algumas resistências da real necessidade de incorporar a mulher na Polícia Militar. Hoje, em face de todo o histórico e pelo próprio amadurecimento da sociedade, as mulheres estão presentes em todas as profissões, os comentários contrários estão esvaziados (...) visto o contexto social estar provado que não há diferenças de capacidade entre os sexos. [E23]

Sim, em algumas situações, os envolvidos em ocorrências negam-se a falar com a policial mulher preferindo ser atendido por policiais do sexo masculino. Também ocorre discriminação com relação aos colegas de trabalho que se mostram resistentes a trabalhar com mulheres. [E25]

De regra, não. Mas, em algumas solenidades, quando o acusado quer parecer valente, refere-se, no caso de ter sido abordado por policial feminina, de forma pejorativa às policiais. Esses são aqueles casos em que muitas vezes o uso da força policial, ante a resistência ou a agressão, se fez imprescindível. A sociedade entende que nessas situações, a presença do homem policial é mais adequada, derivando dessa linha de pensar a criação de um limite percentual para ingresso feminino nas instituições da segurança pública. [E26]

Embora não tenha conhecimento de nenhum fato em específico envolvendo discriminação em relação à mulher policial militar, acredito que deve sofrer as mesmas discriminações que todas as mulheres ainda sofrem no desenvolver de qualquer atividade. [E27]

Não existe a discriminação somente na instituição Polícia Militar, existe, infelizmente, em todos os segmentos e profissões. Especificamente na Brigada Militar existe a discriminação quando diz respeito à necessidade do emprego da força e, como sabemos, a mulher possui menos força física que o homem. Esse é um ponto bastante forte e relevante para a formação das equipes escaladas. [E32]

Infelizmente sim, nossa sociedade caminha a passos lentos (mas felizmente continua andando pra frente) com relação à discriminação de vários tipos e uma delas ainda é contra as mulheres atuarem não só na segurança pública, mas em diversas outras áreas como, por exemplo, na política. [E32]

Muito mais no início do que nos dias atuais, hoje as mulheres policiais fazem parte do nosso cotidiano, eu particularmente, se pudesse optar em ser atendido por um policial militar homem ou uma mulher, teria a preferência por uma mulher. Permaneci nos quadros da Brigada Militar durante mais de 10 anos, os desafios não são poucos e as mulheres só vieram para humanizar o serviço. A questão é: a corporação quer isso? Fomenta isso? [E24]

Em resumo, a discriminação de gênero cindiu experiências pelos entrevistados. No entanto, o universo das mulheres presenciou algum constrangimento ou diferenciação. Grande

parte dos informantes internos másculos não verificou essa situação fática. Em compensação, os atores externos concordam com o efetivo feminino sobre existir fatos desta natureza, não só na profissão em epígrafe, mas também em outros segmentos da sociedade.

Com base nos dados recolhidos no âmbito da presente investigação, foi possível visualizar a tendência global, não só da Brigada Militar, mas também da sociedade gaúcha, diante do cenário em que a mulher se encontra atualmente. No próximo capítulo, mencionar-se-ão conclusões e recomendações de ação baseadas nesse estudo para adaptar-se às novas realidades e corresponder às exigências corporativas e exógenas futuras.

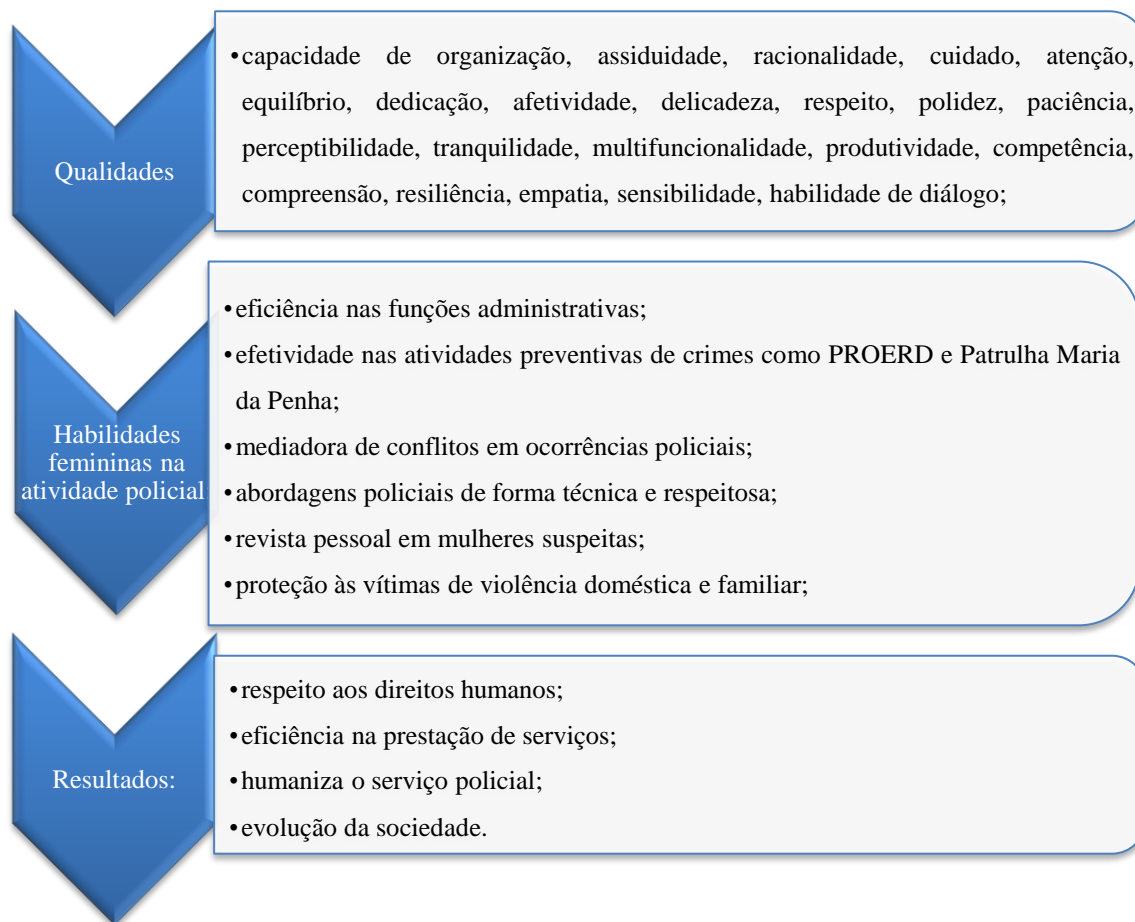
## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Por fim, desenvolve-se um balanço dos resultados compilados no referencial teórico e na pesquisa de campo. Nesse momento, é esclarecido se os objetivos - o problema sociológico, as perguntas de partida e as hipóteses teóricas e práticas – foram atingidos ao término dessa investigação. Além disso, culminam-se as conclusões de maior pertinência e suas devidas recomendações de ação.

### Características fundamentais dos resultados

Sistematiza-se, no gráfico nº 12, um eixo composto por duas vertentes consideradas fundamentais pelos atores no que tange às virtudes femininas – intituladas qualidades e habilidades na atividade policial – culminando o terceiro ponto como consequente resultado. Veja-se a seguir:

Quadro nº 12 – Resultados



Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

O principal objetivo deste estudo foi investigar qual é a representação sócio-profissional da mulher na atividade policial sob o ponto de vista dos entrevistados. Concluiu-se que o efetivo feminino representa quebra de paradigmas e concretiza a igualdade de gênero. As qualidades, mencionadas no quadro pelos inquiridos, demonstram que elas prestam o serviço com mais eficiência que os companheiros de farda devido às suas peculiaridades femininas. Consequentemente, aumentam a credibilidade da Brigada Militar.

Sinto-me na obrigação de salientar meu exercício dessa ocupação como soldado, sargento e tenente. Atualmente, atuo como capitã no Corpo de Bombeiros Militar na cidade de Santo Ângelo. Comungo o entendimento da maioria das militares informantes privilegiadas quanto ao aspecto de maior satisfação da profissão: trabalho altruísta em prol da sociedade. É gratificante fazer o bem mesmo sem conhecer os beneficiados, por exemplo, desenvolver ações preventivas de crime como PROERD, Patrulha Maria da Penha e policiamento comunitário.

Quanto aos aspectos de menor satisfação, não foi possível diagnosticar assuntos específicos da classe feminina na corporação, pois os investigados responderam de forma genérica, como impunidade penal, desilusão das leis brasileiras, etc.

No que tange aos aspectos positivos da mulher na corporação - predicados elencados no primeiro item do esquema - a pesquisa esclarece que ela possui mais aptidão que os policiais na função administrativa e na pacificação de conflitos durante atendimentos de ocorrências. Além disso, colabora com garantia da intimidade das mulheres abordadas e das vítimas de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, concretizou-se a primeira hipótese prática deste trabalho, pois a atuação na profissão polícia militar por mulheres aquiesce às exigências da sociedade contemporânea para solução de conflitos atuais da Segurança Pública.

Já no que diz respeito aos aspectos negativos, a desvantagem do efetivo feminino refere-se à força e às dimensões antropométricas reduzidas em comparação aos homens. Isso foi comprovado tanto na pesquisa bibliográfica como de campo. Todavia, há de se ressaltar que a maioria das ocorrências policiais não possui confronto físico. Ou seja, não há necessidade de empregar força corpórea. O estereótipo de que o principal requisito para ser bom policial é ter estrutura corporal avantajada está ultrapassado. Na atualidade, uma série de outros atributos se fazem tão ou mais importantes, exigindo constante aprimoramento por parte do efetivo da corporação. Além disso, essa inferioridade muscular das policiais pode ser abrandada com treinamentos específicos. Neste contexto, é indicado escalar homens e mulheres na mesma guarnição de serviço, no intuito de equilibrar as diferenças e prestar um serviço mais eficiente à população.

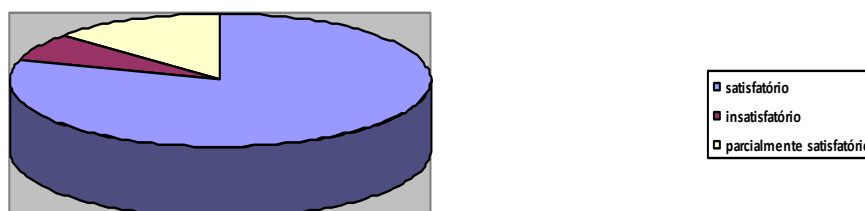
A primeira pergunta derivada (Qual é o papel da policial militar feminina na sociedade [...]?) foi respondida tanto na revisão da literatura quanto nas respostas dos inquiridos. Concluiu-se que o principal papel da mulher é humanizar o serviço policial. Pode-se afirmar que é uma exigência do Estado Democrático do Direito, pois a Constituição da República Federativa do Brasil determina garantir os direitos individuais e coletivos a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, incluindo os criminosos e presos. A Brigada Militar é um órgão da Segurança Pública do Estado. Então, deve zelar pelo cumprimento integral da legislação. A mulher teve importante contribuição para que essa conscientização ocorresse nos integrantes da corporação. Essa mudança de comportamento pelos policiais proporciona sensação de segurança ao cidadão e aproxima a polícia com a comunidade, conceito denominado de “polícia cidadã”.

Após analisar todas as informações que chegaram ao meu conhecimento quanto à discriminação das mulheres no exercício da função, percebe-se que a segunda pergunta derivada, e hipótese deste estudo, foi parcialmente comprovada. Todas as militares já presenciaram algum constrangimento ou diferenciação. Comungo desse posicionamento por ter observado alguns exemplos ao longo da minha carreira profissional. Grande parte dos companheiros de farda não constatou essa situação fática. Já os atores externos, concordam com o efetivo feminino sobre a existência de episódios desta natureza, não somente na polícia, mas em todas as ocupações.

### **Satisfação do trabalho policial realizado por mulheres**

A problemática desta investigação questiona se o trabalho desenvolvido pela classe feminina na Polícia Militar de Santo Ângelo atende aos anseios da sociedade contemporânea. Munidos dos dados coletados na pesquisa de campo, obtém-se o seguinte modelo simplificado:

Quadro nº 13 – Satisfação do trabalho policial realizado por mulheres



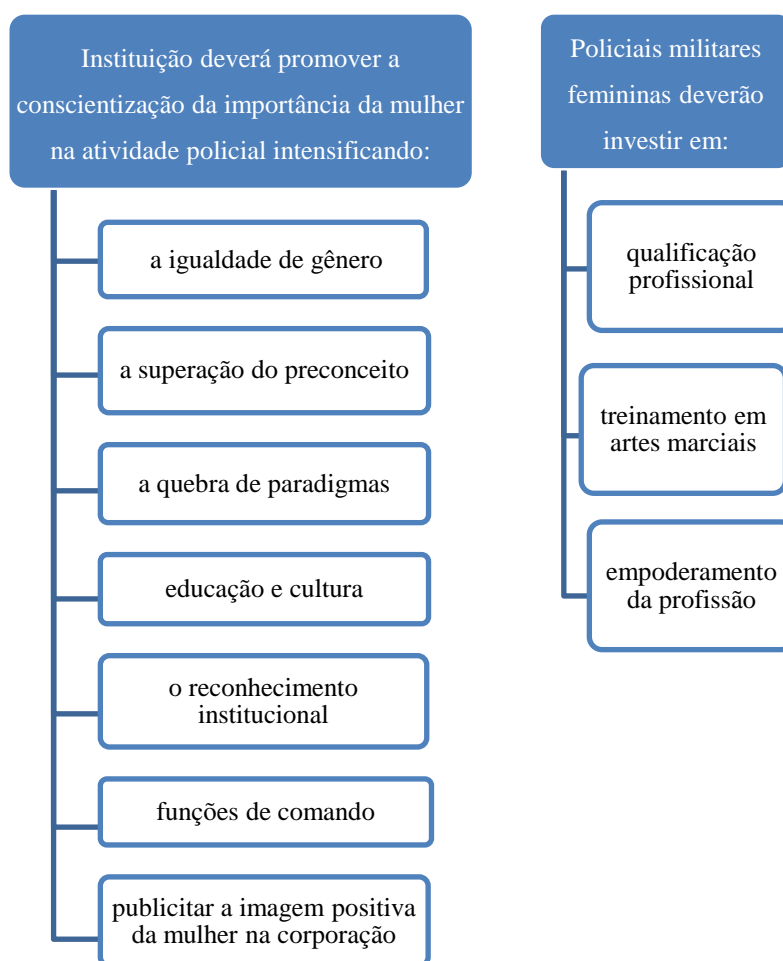
Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

Percebe-se que o problema sociológico - e a hipótese teórica inicialmente levantada - foram minoritariamente refutados por pouquíssimos informantes masculinos (internos e externos). A maioria afirma que a policial atende satisfatoriamente os anseios da instituição e da sociedade, conforme comprovado pelas respostas ilustradas acima. Apesar de não ser possível chegar a uma conclusão definida quanto às vantagens e às dificuldades em trabalhar com o efetivo feminino, na opinião dos colegas de farda, verificou-se que há mais benesses do que malefícios.

### Recomendações de ação

A última pergunta derivada - e um dos objetivos específicos do presente trabalho - foi contemplada com alternativas para melhorar a imagem institucional da mulher na polícia. Após análise do conjunto de inquirições, elencam-se as seguintes recomendações:

Quadro nº 14 – Recomendações de ação



Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2017

A respeito do quadro acima, as pesquisas apontaram, sem sombra de dúvida, que o preconceito é o maior obstáculo enfrentado pelas policiais em trabalhar num ambiente secularmente masculino. O maior propósito dessas mulheres é a superação da cultura machista, termo abundantemente encontrado nas declarações dos entrevistados, tanto do público masculino quanto do feminino, interno ou externo. Isso não só nas instituições militares, mas em todos os segmentos da sociedade. A corporação foi estruturada por homens e ainda não se mostra plenamente preparada para conviver com a presença feminina. Nota-se que a terceira hipótese desta pesquisa foi comprovada integralmente, pois a formação da imagem institucional da policial, junto aos pares e cidadãos, necessitaria de uma política de conscientização cultural. Mesmo que a igualdade formal seja amparada pela Lei Maior, a igualdade material ainda não está totalmente concretizada. Devem-se fortalecer as premissas constitucionais que o Estado oferece e buscar políticas públicas para alterar o sistema de governança machista.

Por conseguinte, aconselha-se desenvolver políticas institucionais para compreender a importância da mulher na Brigada Militar. Deve-se investir em educação organizacional para fins de transformar a cultura sexista. Além disso, é fundamental publicitar a imagem positiva da policial militar para chegar ao objetivo proposto.

Da mesma forma, as próprias policiais não devem buscar privilégios, mas sim reconhecimento institucional e melhoria de desempenho na profissão, chegando a galgar funções de comando. Elas não deverão se eximir de responsabilidades e funções, precisarão propor-se a enfrentar desafios, investir em qualificação profissional, treinamento físico e artes marciais para superar os obstáculos a fim de serem capazes de vencer um enfrentamento. É imperioso haver comprometimento e investimento na carreira que escolheram: empoderamento da profissão.

Por fim, conclui-se que o rol de transformações depende da alteração de toda uma dinâmica enraizada institucionalmente ao longo dos anos. Há necessidade de rever o que realmente se necessita buscar para melhorar a imagem da instituição em sua totalidade. A partir desse momento, a mulher se tornará, certamente, imprescindível para mudança dos processos internos e para construção de forte cariz positivo ao conceito da organização perante a coletividade. A presença da mulher tem colocado um acento tônico tendencialmente crescente na credibilidade da Brigada Militar, pois é, indubitavelmente, um dos cerne para o sucesso da corporação perante as expectativas da sociedade contemporânea.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Sérgio Roberto de (2012). A presença feminina na Brigada Militar. *Revista da Brigada Militar*. Publicação Especial para o Seminário Internacional Mulheres e Segurança Pública. Porto Alegre.
- ABREU, Wilson Correia de (2001). *Identidade, formação e trabalho: das culturas locais às estratégias identitárias dos enfermeiros*. Lisboa: Formasau e Educa.
- ALBARELLO, Luc et al (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ALVES, José Augusto Lindgren (1994). *Os Direitos Humanos como Tema Global*. São Paulo: Perspectiva.
- ASSIS, Jorge Cesar de et al (2009). *Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas*. 6.<sup>a</sup> edição. Curitiba: Juruá Editora.
- BALTAZAR, Maria Saudade Colaço (2002). *As forças armadas portuguesas: desafios numa sociedade em mudança*. Tese de doutoramento em sociologia (policopiado), Évora: Universidade de Évora.
- BEAUVOIR, Simone de (2002). *O segundo sexo*. Volume 1 – Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BELL, Judith (2010). *Como realizar um processo de investigação*, 5.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Gradiva.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*:
- BRASIL (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*:
- BRASIL (2002). *Decreto n° 4.377*. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher.
- BRASIL. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 06 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.
- BRASIL, (1941). *Decreto Lei n° 3.689*. *Código de Processo Penal Brasileiro*.
- BRASIL (1962). *Lei n° 4121*. *Estatuto da Mulher casada*.
- BRASIL (1977). *Lei n° 6515*. *Lei do Divórcio*.
- CALAZANS, Márcia Esteves de (2003). *A Constituição de mulheres em policiais: um estudo de caso sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

- CHINOY, Ely (1993). *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- COSTA, Cristina (2010). *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 4.ª edição. São Paulo: Moderna.
- COSTA, Cristina (2010). *Introdução à ciência da sociedade*. 4.ª edição. São Paulo: Moderna.
- COSTA, Cristina (2010). *Questões da atualidade*. São Paulo: Moderna.
- COULANGES, Fustel de (1999). *A Cidade Antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CRUZOÉ, Nilma Margarida de Castro (2004). *Aprender*. Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Ano II. N. 2. Vitória da Conquista. Disponível em: <[http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3792/pdf\\_121](http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3792/pdf_121)>. Acesso em: 20 Maio 2017.
- CUNHA, Altair de Freitas (2012). *Evolução das Mulheres na Brigada Militar*. Revista da Brigada Militar. Publicação Especial para o Seminário Internacional Mulheres e a Segurança Pública. Porto Alegre.
- CUVILLIER, Armand. (1947). *Manuel de philosophie*. 9ª edição. Paris: Armand Colin.
- DUBAR, Claude (1997). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- DURKHEIM, Émile (1963). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional.
- FORTIN, Marie-Fabienne (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*, 5.ª edição. Loures: Lusociência.
- FREIRE, João (2002). *Prefácio in Rodrigues, Maria de Lurdes (1997). Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta Editora.
- GARRIDO, Nelson. *Exposição "os polícias de saia e saltos altos" inaugura hoje*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/07/07/sociedade/noticia/ha-ja-uma-mulher-policia-por-cada-dez-elementos-da-psp-1501816>. Acesso em 04 Abr 17.
- HAAS, Ana Maria (2011). *25 anos da Mulher na Polícia Militar do Rio Grande do Sul: obstáculos, conquistas e perspectivas na visão das oficiais das três primeiras turmas*. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Policiamento e Gestão de Segurança Pública, Academia de Polícia Militar. Porto Alegre.
- HALL, Stuart (2011). *A identidade cultural pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A.
- ILDA, Itiro (2005). *Ergonomia Projeto e Produção*. 2.ª edição. São Paulo: Edgard Blucher.
- JEREISSATI, Maria Elizabeth (2005). *História da emancipação feminina*. Disponível em:

- <http://www.ipas.org.br/resumo.html>. Acesso em: 20 nov 2005.
- LIMA, Marinús Pires de (1995). *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES DE SÁ, Antonio (2007). *Ética profissional*. 8.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas S.A.
- MACHADO, Helena (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARTINS, David Alexandre (2016). *Machismo na sociedade contemporânea: conceituado e definindo o machismo*. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/veterinaria/machismo-na-sociedade-contemporanea-conceituando-e-definindo-o-machismo/71739>. Acesso em: 09 out 2017.
- MÓDOLO, Marcelo [Org.] (2009). *Oração aos moços*. Rui Barbosa. São Paulo: Hedra Ltda.
- MOSCOVICI, Serge (1978). *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- NALINI, José Renato (2014). *Ética geral e profissional*. 11.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- POIARES, Nuno (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*, Lisboa: Editora bnomics.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RIO GRANDE DO SUL (1997). *Lei 10.990. Estatuto da Brigada Militar*.
- RIO GRANDE DO SUL (1985). *Decreto Estadual n° 7.977*.
- RIO GRANDE DO SUL (1986). *Decreto n° 32.859*.
- RIO GRANDE DO SUL (1986). *Lei n° 10.352*.
- ROBERT, Cintia e MARCIAL, Daniele (1999). *Direitos humanos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002). *Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta Editora.
- SANTO ÂNGELO formando soldados femininos (1995). *Jornal das Missões*. Santo Ângelo.
- SARMENTO, Manuela (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SHERMAN, Lewwis J. *Uma visão psicológica das mulheres no policiamento*. 1º trimestre de 1984 – Ano II – N° 5. Revista Unidade. Tradução de Paulo Rubens Brochado Filho – Cap PM.
- SILVA, Ana Maria Costa e (2003). *Formação, percursos e identidades*. Coimbra: Quarteto Editora.

- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (2001). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Najara Santos da (2012). *Mulheres nas Polícias Militares*. Revista da Brigada Militar. Publicação Especial para o Seminário Internacional Mulheres e a Segurança Pública. Porto Alegre.
- VALA, Jorge (2001). “A análise de conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. 11<sup>a</sup> edição. Porto: Edições Afrontamento.

## **APÊNDICES**

Degrações das entrevistas da pesquisa de campo: versão digital no CD.